

Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia dezasseis de setembro de dois mil e dezasseis.

Aos dezasseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início aos trabalhos e fazer a chamada dos Membros da Assembleia Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos membros deste órgão tendo-se verificado que não estava presente a Sra. Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales que apresentou justificação.

Igualmente a Sra. Patrícia Andreia Saraiva Moreirinhas não estava presente e apresentou justificação e solicitou substituição, tendo sido substituída pelo Sr. Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo.

O Sr. Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha também esteve ausente e igualmente solicitou justificação.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, não esteve presente e foi substituído pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Nelson Artemísio Mendes de Jesus.

O Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços não esteve presente e foi substituído pela Vogal da Junta, Dra. Ana Paula Vieira da Silva.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Filipe Rodrigues de Brito, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Declaro aberta a sessão.

Começo por cumprimentar todos os presentes, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Srs. Presidentes de Junta, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, os elementos do público e os representantes da Comunicação Social.

Vamos passar à votação da ata da sessão anterior e eu pergunto se há alguma proposta de alteração ao teor da ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e quatro de junho de dois mil e dezasseis?

Não havendo proposta de alteração à ata da última Sessão passaríamos à votação.

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e quatro de junho de dois mil e dezasseis, foi aprovada por maioria, com uma abstenção.

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Venho propor a introdução de mais dois Pontos na Ordem do Dia e que serão:

Ponto X - Apreciação e votação da proposta de fixação da taxa do IMI para o ano de 2017, nos termos do nº 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Ponto XI - Apreciação e votação, nos termos do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, da proposta de redução de taxa de IMI em função do número de dependentes.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à introdução destes Pontos queria dizer o seguinte: Não nos vamos opor, até porque isso implicava a realização de uma Assembleia extraordinária para a aprovação destes Pontos, mas gostaríamos que da próxima vez houvesse o cuidado de nos fazerem chegar atempadamente estes Pontos. Aos elementos do PSD não nos chegaram estes Pontos, o que deveria ter sido feito, pelo menos, com três dias de antecedência. Visto que foram enviados a alguns elementos mas aos elementos do PSD estes Pontos não chegaram e para podermos votar em consciência e com a matéria estudada seria de bom-tom que nos tivessem chegados estes Pontos.”

Efetuada a votação, a inclusão do Ponto X e Ponto XI na Ordem do Dia foi aprovada por maioria com uma abstenção.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação da proposta da 3.^a alteração ao Mapa de Pessoal para o ano 2016, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

III - Apreciação e votação da proposta dos Contratos Interadministrativos visando o fornecimento de refeições escolares aos alunos do Pré-Escolar e do 1.º CEB, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

IV - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um subsídio à Freguesia de Alvôco das Várzeas como apoio à conclusão da obra de reabilitação da Travessa da Alagoa, no montante de 15.820,47 € (quinze mil, oitocentos e vinte euros e quarenta e sete cêntimos).

V - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um subsídio à Freguesia de Meruge, para fazer face a despesas extraordinárias tidas por aquela autarquia no âmbito da execução de Transportes Escolares – Circuitos Especiais n.ºs 7 e 7^a – Ano Letivo 2015/2016, face ao aumento do número de alunos, por transferência, que se registou no início do ano letivo em questão, no montante de 6.542,77 € (seis mil, quinhentos e quarenta e dois euros e setenta e sete cêntimos).

VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, destinado a compartilhar a realização de trabalhos a mais no âmbito da empreitada de “Arranjo Paisagístico de Jardim em Vila Franca da Beira”, no montante de 11.511,92 € (onze mil, quinhentos e onze euros e noventa e dois cêntimos).

VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, destinado a compartilhar as obras de ampliação e requalificação do Parque Infantil do Jardim de Infância de Santa Ovaia bem como as obras de requalificação da Escola Primária em Santa Ovaia, no montante de 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros).

VIII - Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da Câmara Municipal para atribuição das Medalhas de Ouro e Medalhas de Mérito Municipal.

IX - Votação, nos termos alínea l) do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 01 de setembro, de um cidadão eleitor para fazer parte da composição da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital.

X - Apreciação e votação da proposta de fixação da taxa do IMI para o ano de 2017, nos termos do nº 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

XI - Apreciação e votação, nos termos do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, da proposta de redução de taxa de IMI em função do número de dependentes.

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Relativamente à introdução dos dois novos Pontos na Ordem do Dia eu abstenho-me porque também já dei a entender que um assunto desta importância, que está relacionado com as receitas do Município, seja introduzido aqui há última da hora. Dá um pouco a ideia da forma como é gerido este Município. Para haver tempo para as festas depois falta para as coisas importantes.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dar um pequeno esclarecimento que acho que é importante para perceberem qual foi a postura deste Executivo quando nos apercebemos que este Ponto X e Ponto XI não tinham sido agendados: Estas matérias são muito importantes e por isso reunimos com os representantes do PSD e do CDS-PP, o Eng.º João Brito e o Dr. Luís Lagos. Dissemos que estávamos disponíveis para fazer uma Assembleia Extraordinária, se entendessem que não há tempo para prepararem documentos alternativos à proposta do Executivo. De acordo com a lei é preciso indicar às finanças qual o valor da taxa do IMI até ao final de setembro porque senão o fizermos neste prazo ficaríamos com a taxa máxima.

Quero agradecer ao Eng.º João Brito e o Dr. Luís Lagos porque estes Pontos estão hoje agendados para serem discutidos, e não faremos uma Assembleia Extraordinária, devido à compreensão dos líderes do PSD e do CDS-PP. O não agendamento destes Pontos foi um lapso dos Serviços. Não me quero desculpar com os Serviços até porque deveríamos ter revisto a Ordem de Trabalhos.”

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente aos acontecimentos mais importantes dos últimos meses destacaria apenas a EXPOH. Como sabem a EXPOH trouxe aqui milhares de pessoas para além do conhecimento que foi dado a todo o País do Concelho de Oliveira do Hospital através da TVI. Também nesta altura tivemos a visita de vários membros do Governo quer em visita à EXPOH quer em visita à BLC3.

Como hoje não temos inscrições para o Período de Intervenções do Público passaríamos às inscrições das intervenções para o Período de Antes da Ordem do Dia.

Dando-se início ao Período de Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa para apresentação de um Ponto Prévio:

“A apresentação deste Ponto Prévio vem na sequência do anterior Ponto Prévio que apresentei na última Assembleia em que sugeri à Mesa ponderar para que as respostas do Sr. Presidente da Câmara Municipal aos Membros da Assembleia Municipal fossem feitas depois de duas ou três intervenções. O Sr.

Presidente da Mesa fez questão de frisar que iria ponderar esta proposta e por isso hoje estaria à espera que tivesse um apalavra sobre esta matéria.

A minha intervenção hoje é para saber qual foi a decisão desta proposta. Vai avançar com ela? Ainda está a ponderar ou vai demorar muito tempo a ponderar? ”

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Tal como eu disse na altura, e repito, a maior parte das perguntas que são aqui colocadas andam sempre, mais ou menos, à volta das mesmas questões, e não é só neste mandato em mandatos anteriores também era assim. Por isso, não me parece que seja significativo que cada elemento, nomeadamente da oposição e até dos Membros da Assembleia que apoiam o Executivo, haver dois ou três elementos a fazer determinadas questões e o Sr. Presidente da Câmara responder e depois haver mais dois ou três elementos a pôr as mesmas questões. Volto a repetir que com esse procedimento sairíamos daqui às três ou quatro da manhã e depois a oposição vai dizer para os jornais que o Presidente da Assembleia deixou arrastar a Sessão da Assembleia até às quatro da manhã. Isso, não vou permitir!

O Sr. Presidente responderá no fim de todos colocarem as questões. Eu compreendo o seu Ponto Prévio mas não me parece que se justifique aceitá-lo.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“A minha vinda aqui no Período de Antes da Ordem do Dia prende-se com três pontos: O primeiro é congratular-me com as obras que estão a ser feitas na manutenção da ponte sobre o rio Cobral, que liga Travanca de Lagos a Lagares da Beira. Friso que a ponte sobre o rio Cobral não é a ponte da Adarnela. Estas obras são uma mais-valia e acho que demoraram algum tempo, talvez tempo em demasia, mas mais vale tarde do que nunca. Sei que foram necessários vários estudos mas só agora com o início das obras é que se verificou o real problema das fundações.

Quero também dizer que esta obra vem beneficiar Travanca de Lagos mas também Lagares da Beira e com certeza que a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira também está muito contente por este motivo.

A outra situação que quero referir tem a ver com a limpeza dos terrenos e com aquilo que hoje muito se fala a nível nacional que é a posição do Estado Português, nomeadamente deste Governo, relativamente à gestão e ao ordenamento das florestas. É uma situação que penso que tem de ser revista e que é urgente, que já peca por tardia, que é difícil, mas que alguém tem de mexer nestas coisas. Parece-me, no entanto, que o poder central não pode transferir para as autarquias a gestão e o ordenamento das florestas sem lhes dar os devidos meios. Ou seja, o poder central não conseguiu fazer a gestão e o ordenamento das florestas ao longo de muitos anos, não só este Governo mas todos os anteriores, e agora querem responsabilizar outros, nomeadamente as autarquias, para fazerem aquilo que o Estado não conseguiu fazer ao longo de tantos anos. Depois isto recai essencialmente sobre os proprietários e muitos deles pequenos proprietários. Como já tive oportunidade de referir aqui numa reunião entendo que os proprietários, e a maioria das pessoas, se encontram descapitalizadas e sem grande poder para proceder a determinadas limpezas. Os proprietários limpam os terrenos e passado um ano, ou dois anos, esses terrenos já estão novamente como se não tivessem sido limpos. Esta gestão tem que ter em conta tudo isto e também a situação real das pessoas.

Também quero fazer um elogio público ao trabalho que os Bombeiros deste Concelho e de todo o País têm desenvolvido. Os Bombeiros têm tido um papel extremamente importante na defesa das florestas. Para eles o meu reconhecimento e dizer também que sem eles não teria sido possível resolver e minimizar as situações de incêndio que aconteceram no nosso País ao longo deste verão.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Caros colegas, devemos discutir o presente, como é evidente, porque é a nossa função, embora alguns apenas procurem a legitimidade, que não têm, do passado mas a nossa responsabilidade é também discutir o futuro.

Não há assunto que represente melhor o futuro de Oliveira do Hospital do que a educação e o ensino escolar em geral. Se há verdade que tem de ser dito é que Oliveira do Hospital tem estado sob ataque durante os últimos anos desde o Pré-Escolar ao Ensino Superior. Há quem queira pôr Oliveira do Hospital sem recursos e sem apoios e como tal gostaria de perguntar à Excelentíssima Mesa, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, o que é que o Município tem feito para

contrariar estas adversidades que têm posto em cheque os jovens de Oliveira do Hospital?”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Não estive presente na última Sessão da Assembleia Municipal e abandonei intempestivamente a Sessão da Assembleia Municipal de abril especialmente porque não me foi dada oportunidade de resposta às questões que eu aqui coloquei. Essas questões, e é bom que se saiba, foram pedidas ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para ter aqui uma pessoa idónea e capaz para lhes dar resposta. Pedi uma explicação sobre os reparos dos Revisores Oficiais de Contas às contas da Câmara. São reparos que vêm repetidos todos os anos. A contabilidade da Câmara de Oliveira do Hospital dá um lucro ou um juízo que se quiser basta para isso fazer alterações no inventário como se faz nas empresas.

Eu, como pessoa responsável e empenhada preocupa-me essa situação de haver reparos em contabilidade pública, nomeadamente do Município e ainda por cima com uma situação saudável como todos sabemos, e foi por isso que abandonei.

Como se usa agora fazer aqui citações, eu cito o Padre António Vieira quando dizia “ *É coisa tão natural eu responder que até os penhascos mudos para as vozes têm eco. Por outro lado é também uma violência não responder porque os mudos fez a natureza surdos porque rebentariam de dor se ouvissem e não pudessem responder*”.

Parece que está justificada a minha ausência! Eu faço aqui perguntas pertinentes, documentadas com pareceres favoráveis da CADA, e agora não obtenho resposta num Município que se avoca da transparência, legalidade e disso tudo. A Mesa presidida por dois dos principais arautos defensores da liberdade e da democracia, quando aqui estive em dois mil e cinco e dois mil e sete, aliás foram essas duas pessoas, e foi a postura dessas duas pessoas, que era igual à minha, que me levaram a abraçar o projeto do PS como independente porque não havia diferença significativa.

Lamento muito aquilo que eu aqui ouvi ao atual Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, como eu digo, que se permita isto. Responsavelmente mandei o documento para ser aqui esclarecido e que não é um assunto de somenos importância.

Fiz a minha intervenção no jornal, sabendo do que é que se passa aqui porque não me deixam falar, está lá tudo, mais ou menos, já dito, mas não quis deixar de dizer aqui isto.

O Sr. Presidente apesar da citação que aqui fez continua a atirar pedras. Logo a seguir, e depois de uma decisão judicial, tentou a minha condenação. Soube hoje que três pessoas que foram arregimentadas e foi-lhes dito à porta do Tribunal o que é que deviam dizer. Naturalmente que não foi aquilo que o António Lopes aqui disse porque aquilo que o António Lopes disse está em ata, a ata foi junto ao processo, e foram dizer o que não está na ata.

Espero, e tenho muita pena, que este processo não tenha ido para a frente, porque lá, sob juramento e à pergunta do meu advogado, se calhar, íamos saber muita coisa que aqui não conseguimos saber.

Sobre a BLC3 continuo a interrogar-me, como é que depois de tanta polémica, quais são os benditos geradores para se aferir o preço. Continuo a interrogar-me como é que demos cento e um mil euros, o ano passado, cem mil, agora, em maio, contrariando a lei das empresas participadas, e como é que esta Assembleia aprova esses financiamentos, e agora perdemos a maioria numa empresa que eu considero estratégica para o desenvolvimento do Concelho.

A Câmara é a única que paga, há dois sócios que ainda nem realizaram o capital, e a Câmara perde a maioria!

O Sr. Presidente foi dizer ao processo que não me entregou os documentos porque o Sr. Presidente da BLC3 não lhos entregou mas continua a mandar-lhe dinheiro! Estamos nestas situações!

Também foi motivo de abandonar a Assembleia por causa da questão do financiamento. Quando a dívida estava a chegar ao valor que tem hoje, que é o valor da dívida do Mário Alves, lá se arranjou mais dois milhões de euros porque estamos em ano de eleições. Por isso, Sr. Presidente de Travanca, o Senhor tem a ponte em vias de reconstrução. É pena não haver eleições todos os anos porque muito mais obras se fariam e as coisas seriam muito mais fáceis para todos nós.

Eu pergunto porque é que eu ando aqui a questionar desde dois mil e cinco os acessos para o Chão Sobral e Avelar e porque é que não se fazem?

Finalmente pergunto porque é que se gasta tanto dinheiro e não se gastou nada a prevenir o que aconteceu agora no hotel das Caldas. Pergunto se é assim que queremos recuperar e progredir na nossa economia regional?"

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui falar sobre vários modelos de governação: O PSD teve um modelo e o Partido Socialista tem outro. Efetivamente se os modelos fossem iguais não valia a pena haver alternativas.

De mil novecentos e oitenta e nove a mil novecentos e noventa e três o Partido Socialista e o CDS governaram este Município e este Concelho. Neste mandato fez-se a estrada Oliveira/Nelas, as Piscinas Municipais, obras de arrelvamento no Estádio Municipal, e já neste tempo o Partido Socialista defendia que não devia ser no local que efetivamente hoje está, devia ter sido feito na Bobadela. O Prof. César de Oliveira tinha uma visão, já nesse tempo, diferente do que era um Concelho. A oposição conseguiu manobrar algumas forças vivas e não deixaram que o processo da Bobadela avançasse, na altura o mau amigo Moreira era Presidente da Junta de Freguesia, foram desbloqueadas uma série de coisas, e quando as coisas estavam efetivamente desbloqueadas as pessoas não quiseram o Estádio na Bobadela e por isso têm-no ali. E agora, *aqui-d’el-rei*, que não temos campos de apoio e que não temos uma série de coisas.

Também foi neste mandato que a Casa da Cultura foi construída, mal ou bem, no sítio em que realmente está, e temos Casa da Cultura há vinte e três anos. Nesse tempo a oposição liderada pelo PSD já era contra o local em que efetivamente ela foi feita e defendia que deveria ter sido feita num outro local e não ali. Dava-me ideia que era para que não houvesse Casa da Cultura.

Recentemente a Câmara Municipal apresentou uma maquete da requalificação da Casa da Cultura com a sua ampliação para as instalações do antigo Colégio Brás Garcia de Mascarenhas, o que acho muito bem, mas lá vêm novamente os elementos da oposição, e aqui vou dizer que lamento que pessoas com responsabilidade política neste Concelho, que recentemente deixaram de ser líderes da Comissão Política, venham dizer que não devia ser feita ali aquela obra e que se devia optar por um Pavilhão Multiúsos. Quero dizer aqui, tanto quanto sei, e desculpem a minha ingenuidade, mas o Sr. Presidente da Câmara poderá explicar isso melhor, no Quadro 2020 não estão contemplados os financiamentos para Pavilhões Multiúsos. Isto quer dizer que não querem a Casa da Cultura porque se não há apoios para fazer o Pavilhão Multiúsos não poderemos optar, em detrimento da obra da Casa da Cultura, por um Pavilhão Multiúsos. Isto é o que eu realmente penso: É não querer que a obra seja realmente feita.

Há quem tenha uma visão de que as obras devem ser feitas numa perspetiva de futuro e neste contexto vou falar nas obras da requalificação da Cidade: Foi feito um parque de estacionamento que tem servido, e bem, este Executivo tem-lhe dado utilidade e tem feito lá vários eventos, mas se fizermos as contas dos custos daquela obra verificamos que teriam feito na Cidade um parque de estacionamento com lugares capazes para que efetivamente não houvesse, hoje, os problemas que temos com o estacionamento.

Aquele parque de estacionamento serve para quem? Serve para os funcionários da Câmara Municipal e serve para os colaboradores das várias empresas de serviços da cidade que colocam lá de manhã os carros e que os vão buscar no fim da tarde e é esta a utilidade que o parque de estacionamento tem.

Peço à oposição que faça uma oposição séria, que apresente projetos alternativos, e quando entende e defende que se deveria fazer o Pavilhão Multiúso que diga onde e com que dinheiro.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Apenas umas palavras para agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal a obra que está a desenvolver na minha Freguesia, o saneamento básico no Bairro do Machorro. Uma obra que se pede há muito tempo mas que finalmente se está a realizar.

Agradecer, também, todo o trabalho e desenvolvimento que fez na Praia Fluvial de São Gião para que em tempo útil ela funcionasse.

Uma outra obra também importante, que no meu entender deveria avançar rapidamente, que muito se tem falado, e que também está no orçamento, é a obra de abastecimento de água aos povos do Parceiro, Barroca e Alentejo. É uma obra urgente visto que, e segundo as análises da água recolhida, é uma água imprópria para consumo e por isso seria bom que aqueles povos começassem a beber água com qualidade.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje, a intervenção que aqui me trás no Período de Antes da Ordem do Dia é sobre dois pontos em concreto. Dois pontos que devem particularmente preocupar o Município por razões diferentes mas que devem ser objeto de apontamento:

Em primeiro lugar a Estrada Nacional 17 que continua a ser uma vergonha, continua a ser um batatal, continua a ser um gozo permanente para as populações do alto Distrito de Coimbra, em particular as de Oliveira do Hospital que são as que estamos cá para defender.

Na última Sessão da Assembleia foram distas palavras de circunstância e afeto para com as populações na defesa intransigente da necessidade de requalificarmos a Estrada Nacional 17 mas, hoje, começa a não chegar só as palavras e é preciso passarmos das palavras aos atos.

Acho que esta intervenção tem que ser liderada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, porque é quem representa todo o povo Oliveirense, e não pode ser liderada de forma partidária. Não compete nem ao Partido Socialista, nem ao PSD, nem ao CDS, nem a nenhum outro partido, liderar essa contenda. Deixo aqui esta pergunta ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: Para quando, de que modo, é que vamos bater-nos pela Estrada Nacional 17?

Quem se bate pela Estrada Nacional 17 obviamente que também se vem bater pelo Itinerário Complementar 6, o conhecido IC6, e há dois problemas: Não temos IC6, continuamos a não ter IC6, continuamos a não ter nenhum partido político, há exceção do CDS que fez uma intervenção há pouco tempo, oportunisticamente ou não, e podemos discutir isso também, as coisas são como são, e todos os partidos quando estão no poder, se calhar, pensam de uma maneira e quando passam para a oposição pensam de outra, mas não é partidariamente que aqui falo nem é partidariamente que faço a defesa da estrada, mas aquilo que urge rapidamente exigir a este Governo é: O que é que vamos fazer com o IC6? Há IC6 ou não há IC6? É preciso uma resposta concreta. Porque isto depois traz-nos outro tipo de problemas: Há vários investimentos no nosso Concelho, e noutros, que estão bloqueados por causa do IC6. O itinerário do IC6 está desenhado e num raio de trinta ou sessenta metros não se pode fazer qualquer tipo de construção. Há pessoas para fazerem casas, há pessoas para fazerem indústria, há pessoas para fazerem negócio, que se veem inviabilizadas por uma estrada fantasma que continua a não existir e os Concelhos e as populações, mais uma vez, pagam um duplo preço. Não têm possibilidade de realizar investimento, não têm possibilidade de acalantar os seus sonhos construindo a sua habitação própria e também não têm estrada.

Há IC6 ou não há IC6, porque urge responder a um conjunto de questões? Espero que haja IC6 e que este Governo tenha coragem para o fazer, que tenha coragem de defender este Itinerário que é tão importante para o nosso Concelho.

Por último, e não querendo, porque não conheço a situação em concreto, preocupa-me, porque o partido que eu aqui represento tem sempre uma preocupação muito grande pelos empresários, nomeadamente os pequenos e médios empresários, e é fundamental para concelhos do interior, e que sofrem com as agruras da interioridade, acarinhá-los muito os seus empresários porque são eles os empreendedores e são eles os que geram riqueza, e só gerando riqueza é que ela pode ser distribuída. Há partidos que pensam que não é assim nomeadamente à esquerda. Eu pertença a um partido que acha que tem de acarinhar o investimento privado porque esse investimento é que gera riqueza e só depois é que podemos acalentar e distribuir essa mesma riqueza.

Há um investimento que eu considero estruturante, fundamental, o mais importante investimento realizado no nosso Concelho provavelmente desde sempre, que é o Hotel Aqua Village. Acho que era importante percebermos o que é que aqui se passa. Se há investimento que tem de ser acarinhado é esse. Eu não tomo as dores nem do promotor, nem tomo as dores políticas da Câmara, mas é importante criar, o que eu chamo de autoestrada para o investimento, o Simplex para quem se disponibiliza a investir o seu capital próprio para criar riqueza, para criar emprego no nosso Concelho, na nossa terra e ajudar assim a uma distribuição de riqueza que tanta falta nos faz.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. José António Gomes Guilherme, que fez a seguinte intervenção:

“Em algumas Sessões da Assembleia Municipal vim aqui reivindicar as obras na estrada que liga Lagos à Lajeosa.

Hoje venho aqui com alguma satisfação dizer que essa mesma estrada é uma realidade, está em fase de conclusão, e, por isso, quero dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e dizer-lhe que foi mais uma promessa cumprida. A obra está lá e não se fazem só festas!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Licínio Manuel Silveira das Neves, que fez a seguinte intervenção:

“A minha vinda a esta tribuna é para vos convidar para a Festa das Sopas que se vai realizar amanhã na minha Freguesia. Este é, de facto, um evento que tem estado a crescer.

Também quero fazer um elogio a todos os eventos que têm sido feitos no Concelho, em especial para este último evento que se realizou esta sexta-feira no Seixo da Beira, a Festa do Pão, Bolos e Bôlas, e dar o meu apoio total ao Executivo com o qual me continuo a identificar. Na minha perspetiva, naquilo que eu vejo e conheço, acho que têm feito um bom trabalho e Oliveira do Hospital também merece.

Não é a realização destas festas que fazem com que outros trabalhos fiquem para trás. Estas festas dão-nos ânimo para sermos mais capazes de fazermos uma boa gestão. É isto que eu entendo, mas há pessoas que não entendem assim!

Uma vez que estou aqui não posso deixar de dizer duas coisas. Tenho-me interrogado a mim mesmo com esta situação: Quando um de nós tem um diferendo com alguém e faz queixas no Ministério Público, à Polícia Judiciária ou nos Tribunais, o que é que resta a cada uma das partes? É esperar que a justiça resolva o problema.

Quero aqui dizer que se estivesse no lugar do Sr. Presidente da Câmara não respondia aqui a ninguém nem dava pareceres a ninguém. Se foram para a justiça e se fizeram queixa então que esperem por essa justiça. Se eu estivesse no lugar do Sr. Presidente não respondia aqui a nenhuma pergunta.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Não há só festas neste Concelho e as festas também já se faziam antigamente. A realidade é que estas festas têm atraído muitos mais visitantes a este Concelho e têm contribuído para a divulgação e promoção de todos os produtos do Concelho.

Neste Concelho também há obras e têm sido feitas obras de grande interesse público.

Tenho que reconhecer publicamente aos Sr. Presidente da Câmara Municipal e aos Srs. Vereadores porque têm resolvido muitos problemas na Freguesia de Nogueira do Cravo. Os residentes da Freguesia de Nogueira do Cravo já há muitos anos que ansiavam pela resolução desses problemas. Eram problemas que eram reivindicados ano após ano e não eram resolvidos.

Daqui a pouco tempo a estrada que liga o Senhor das Almas a Nogueira do Cravo vai ser uma realidade. Já terminou o concurso público e a qualquer momento arranca a obra. Tenho que reconhecer que é uma grande obra de

interesse público para a nossa Freguesia e para quem nos visita porque é a principal entrada naquela localidade.

Relativamente à ampliação do Cemitério de Nogueira do Cravo deixo aqui a minha gratidão a todos os Membros desta Assembleia Municipal, a todos os Vereadores deste Município e também aos Sr. Presidente da Câmara Municipal, pelo seu sentido de responsabilidade e porque na última Sessão da Assembleia Municipal foi aprovada a introdução do Ponto relativo às obras do Cemitério. É uma obra que está em execução e que também é de interesse público.

O pavimento na rua do Enxurde no Senhor das Almas está em execução. É uma grande intervenção que permite que se houver um incêndio no Vale do Alva os Bombeiros e até mesmo as ambulâncias possam circular mais rapidamente em direção aos locais.

O alargamento da rua do Salgueiro em Nogueira do Cravo, junto a Aldeia de Nogueira, tem evitado muitos acidentes e também era uma obra que já há muitos anos era reivindicada e não era realizada porque não havia entendimento com o proprietário dos terrenos. O Sr. Presidente da Câmara foi ao local, falou com o proprietário, e resolveu a situação.

Têm sido realizadas muitas obras na Freguesia de Nogueira do Cravo e por isso o meu reconhecimento público ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo.

O Sr. Presidente da Câmara continua numa grande senda de vontade, de trabalho, vai aos locais e “dá a cara”, não vira as costas à luta, preocupa-se, é uma pessoa que fala a toda a gente, seja a pessoa mais humilde ou seja a pessoa com mais condições financeiras.

O Sr. Presidente da Câmara também assume as suas dificuldades orçamentais e é uma pessoa que demonstra grande carácter, grande força, não tem faltado com a sua palavra e tem contribuído muito para o desenvolvimento deste Concelho.

A Freguesia de Nogueira do Cravo nunca teve um investimento tão grande como o que está a ter com este Executivo. Desde o 25 de Abril até hoje nunca houve um investimento tão grande em obras de interesse público. Estou a falar no Centro Escolar de Nogueira do Cravo e em todas as estradas que estão em requalificação. Tenho que agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e aos Srs. Vereadores todo o seu empenho para que todas estas obras tenham acontecido.

Há no entanto outras obras que me preocupam: Sei que o Sr. Presidente da Câmara tem algumas dificuldades orçamentais e também sei que o dinheiro não chega para tudo mas gostava que o Sr. Presidente da Câmara Municipal incluísse numa das próximas prioridades as obras de esgotos na zona da Quinta da Abrunheira. Sei que o Sr. Presidente da Câmara já enviou os técnicos ao local para fazerem a avaliação para a colocação de uma rede de saneamento básico naquela zona da reta da Salinha e Quinta da Abrunheira. Sei que algumas obras já estão incluídas no projeto de requalificação da Estrada Nacional 17. A zona da Quinta da Abrunheira é uma zona residencial onde já vive muita gente e os terrenos estão contaminados com algumas fossas que têm vazado e, nesse sentido, apelava à sensibilidade do Sr. Presidente da Câmara e do seu Executivo para incluir estas obras como prioritárias porque são de grande interesse público e de saúde pública.

Apelava também ao Sr. Presidente da Câmara para interceder junto da Administração Regional Hidrográfica da Zona Centro para autorizar a Junta de Freguesia e a da Câmara Municipal a efetuar uma intervenção na ribeira de Galizes e na ribeira de Aldeia de Nogueira. A ribeira de Galizes tem sofrido com algumas descargas as quais não consegui detetar a proveniência e que têm contaminado aquele curso de água. Tenho recebido muitas reclamações devido aos maus cheiros nomeadamente de estrangeiros que residem junto àquele ribeiro. Era importante que os técnicos da Administração Regional Hidrográfica da Zona Centro viessem ao local para resolver a situação, contudo a Junta de Freguesia está disponível para colaborar com a mão-de-obra e com os seus equipamentos para efetuar uma intervenção no ribeiro de Galizes e no ribeiro de Aldeia de Nogueira.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

“O assunto que me traz aqui a esta tribuna é sobre a incubadora de empresas. A incubadora de empresas de Oliveira do Hospital é uma das melhores do mundo. A incubadora de empresas da BLC3 de Oliveira do Hospital figura em vigésimo segundo lugar entre as vinte e cinco melhores incubadoras do mundo.

Também é importante referir que o Sr. Ministro da Agricultura e o Sr. Secretário de Estado vieram inteirar-se dos projetos da BLC3 e fizeram uma visita às instalações da BLC3.

Quero referir que todas as Praias Fluviaais do Concelho tiveram grande afluência e no que diz respeito à Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas quero dizer que é importante divulgar mas que também é importante criar condições de acesso.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Peço à Mesa uns segundinhos para responder ao Sr. Deputado Luciano Figueiredo, visto que o PSD foi visado nesta matéria, e nós não gostaríamos de o deixar sem resposta: Ouvi aqui atentamente a sua intervenção mas sinceramente fiquei sem saber qual o verdadeiro propósito da sua intervenção.

Na minha opinião, e não me leve a mal, mas esta intervenção é de rir à gargalhada. Passo a explicar porquê. Eu até nem gosto de perder muito tempo com este tipo de questões estéreis e que nada acrescentam ao debate político mas este Senhor faz este tipo de intervenções e não posso deixar de lhe dar resposta: O que lhe tenho a dizer é que todos nós, aqui, e todos os Oliveirenses têm o direito de defender a sua Dama e o Senhor está, com certeza, no pleno direito de o fazer, e acho bem que o faça, mas não posso aceitar que esteja permanentemente a desqualificar quem faz aqui oposição. Eu pergunto-lhe: O Senhor, quando estava na oposição, quantas propostas fez? Estive a ler as atas anteriores e não encontro propostas. Até acrescento mais, não encontro proposta suas nem do atual Presidente da Câmara. A não ser propostas de Desporto. De Desporto encontro lá algumas.

Quero dizer-lhe que não recebemos lições de ninguém de como fazer oposição nesta Câmara. Bem sei que para Vossa Excelência que quem não vive cá não é bem-vindo para contribuir e fazer Oliveira. Pois, segundo as suas próprias palavras aqui proferidas em Assembleias anteriores, “*não vive a cidade e os seus problemas*”.

Ora, isto é de um ridículo sem paralelo. Ora vejamos: Vossa Excelência também acha isso mesmo dos Deputados Municipais do PS que também não vivem no nosso Concelho?

Também o desafiava a demonstrar onde tem uma declaração pública de alguém do PSD Concelhio de como não queremos a biblioteca e que preferimos o Multiúsos. Acho que o Senhor anda a perder tempo a mais com redes sociais, mais está no seu direito!

Pergunto-lhe também pelo facto do PSD ser culpado de serem estacionados no parque de estacionamento os carros dos funcionários da

Câmara e pergunto também se é culpa do PSD não haver um Regulamento sobre este parque de estacionamento?

Dito isto, deixei-me entrar no que realmente interessa, e, antes de mais, queria felicitar a nova unidade hoteleira que foi recentemente inaugurada. Uma unidade hoteleira que é a excelência potenciadora. Parabéns ao promotor pela obra e parabéns também essencialmente pela perseverança no processo que, como todos nós sabemos, nem sempre foi fácil.

Hoje trago aqui quatro apontamentos sobre temas que achamos pertinentes e que gostaria de partilhar com todos vós. Para começar, e em primeiro lugar, venho aqui lançar hoje um desafio. Um desafio em meu nome e em nome do PSD. Um desafio a todos vós, caros colegas, Deputados Municipais e Presidentes de Junta, e, em especial, a todos os Oliveirenses. Este desafio está relacionado com a requalificação da Estrada Nacional nº 17.

Ora, como tudo na vida, deve haver limites. Sobre esta matéria, penso que os Oliveirenses e a população em geral da Beira Serra atingiram o seu limite de paciência.

Assim sendo, como forma de reivindicação e de luta contra a inoperância das Infraestruturas de Portugal e do Ministério que o tutela, venho aqui desafiar-vos para que cada um de nós envie um *e-mail* e/ou remetam uma carta para a respectiva correspondência das Infraestruturas de Portugal com fotos do estado caótico em que se encontra esta estrada. Vamos, no fundo, inundar e entupir as caixas de correio deste Senhores, como forma de protesto, dizendo-lhes que também pagamos impostos e merecemos uma estrada digna. Dá-me ideia de que estes Senhores não fazem ideia nenhuma do estado deplorável em que se encontra esta estrada. É uma situação revoltante!

Continuamos, infelizmente, quase diariamente a assistir a relatos de sinistralidade para o qual, e muito, contribui o estado do asfalto.

Façam-se circular os respectivos endereços, e aqui peço a colaboração e sensibilização dos órgãos de comunicação social para a divulgação dos endereços, e vamos todos à luta.

Não podemos esperar mais para que estes pontos negros lastimáveis continuem nas nossas estradas e coloquem em causa a segurança de quem diariamente necessita circular por ela e tema inclusive pela vida.

Um outro assunto que gostaria de abordar, e fazendo fé do que tivemos conhecimento por um órgão de comunicação social, é relativo a um conflito entre um médico do SAP e o Município: Ora, o Grupo Municipal do PSD desta Assembleia gostaria de ver esclarecido o que realmente terá levado ao abandono

deste profissional do SAP. Quando temos, infelizmente, tantas carências nesta área penso que devemos ter algum cuidado com a forma como lidamos com esta situação, e não estou com isto a dizer que não houve esse cuidado, mas, no nosso entender, pensamos que deve haver uma particular sensibilidade nesta matéria. Isto, sim, é o que nos deve preocupar na realidade. Por outro lado a imagem do Município fica em causa perante outros profissionais que ponderem vir a instalar-se por cá.

Ainda sobre esta área da saúde aproveito para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara que informe esta Assembleia sobre o ponto de situação do projeto supostamente revolucionário para a saúde que permitia médico de família para toda a população.

Posto isto, assistimos também recentemente a mais uma edição da EXPOH. Sobre esta matéria permitam-me uma opinião muito pessoal e sincera: Foi mais do mesmo!

Foi-nos aqui prometido pelo Sr. Presidente, no ano passado, que iriam rever os moldes em que esta feira iria operar nomeadamente com a introdução de algumas novidades.

Ora, eu pergunto-lhe, Sr. Presidente, quais foram verdadeiramente essas novidades nesta edição?

Eu próprio na altura sugeri aqui algumas ideias para esse efeito, contudo, lamento que nada disto não passe de intenções.

Já que não me vão deixar terminar a minha intervenção passaria a apresentar uma proposta de recomendação que gostaria de deixar aqui à Câmara. (A proposta foi entregue na Mesa da Assembleia Municipal).

Relativamente a outra questão que gostaria de aqui trazer é sobre o início da campanha pré-eleitoral para o próximo ano que se avizinha por parte deste Executivo. Ora vejamos: A colocação de alguns cartazes de dimensões desproporcionais a anunciar o que irá ser realizado, só pode ser visto como propaganda, no nosso entender. Infelizmente é que seja à custa do erário público.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Destacar aqui dois investimentos privados no Concelho de Oliveira do Hospital relacionados com a área da hotelaria. Um deles já foi aqui referido, o Aqua Village e também o Stroganov Hotel que está localizado na área da minha

União de Freguesias nomeadamente em Fiais da Beira. O Stroganov Hotel é um investimento russo, é um hotel de charme. Destacar estes investimentos porque melhoram a oferta em Oliveira do Hospital de unidades hoteleiras deste tipo.

Relativamente a estas unidades hoteleiras penso que o Concelho de Oliveira do Hospital está de parabéns pelo investimento destes dois promotores que trazem grande qualidade e condições de estadias a quem queira visitar este Concelho. Vão ser, seguramente, duas referências na área da hotelaria.

Quero-me congratular também pela requalificação da Avenida Nova que é uma das principais avenidas da localidade de Ervedal da Beira. Era uma obra que já há vários anos vinha a ser reclamada e ainda bem que já está a ser feita. Esta é uma das obras que vai ser realizada com o empréstimo dos dois milhões de euros, como toda a gente sabe. Isso já foi dito e redito aqui e acho que toda a gente, particularmente os Presidentes de Junta e as Freguesias que vão ser beneficiadas com estas obras, sabem que são obras de extrema importância para as freguesias, para as localidades e para as populações.

Não se podem fazer comparações com o passado e é preciso dizer que hoje as condições são completamente diferentes. No tempo do Mário Alves havia muito dinheiro para os Municípios. Havia dinheiro a rodos e a Câmara Municipal não tinha cortes financeiros de ninguém e era essa a situação. A situação deste Executivo é outra, toda a gente sabe, e não é novidade para ninguém! Esta Câmara teve um corte no financiamento de cerca de um milhão de euros. Como toda a gente sabe apesar disso temos reduzido a dívida da Câmara Municipal! E pedir um empréstimo de dois milhões de euros acham que é muito para uma Câmara que está desafogada financeiramente? Para satisfazer obras para as populações? Toda a gente quer estas obras realizadas. Alguém vai contestar uma coisa destas ou levanta questões acerca disto? Bom, isto é alguém que não quer o desenvolvimento do Concelho! Eu quero o desenvolvimento do Concelho! Portanto é bom que essas pessoas pensem naquilo que dizem!

Quanto às obras do IC6 e à requalificação da Estrada Nacional 17, é verdade que todos nós as queremos, sem dúvida nenhuma. Quero eu, quer o Sr. Presidente da Câmara, queremos todos nós! Até já fizemos manifestações para que o IC6 chegue a Oliveira do Hospital.

Agora, o que eu não posso deixar passar aqui é a hipocrisia política do CDS e do PSD porque nunca os ouvi aqui nesta Assembleia a lutar contra o Governo anterior. Eu quero que não tenham memória curta! Quero-vos avivar a memória! Foi o Governo PSD/CDS que retirou o IC6 do Plano Rodoviário Nacional que apresentou em Bruxelas. Vamos ser sérios, vamos ser honestos e

não sejam hipócritas! Eu não vos deixo passar essa, meus amigos! Nem esta Câmara Municipal, nem o Partido Socialista baixam os braços. Nem anteriormente, nem agora! Continuamos a lutar pelo IC6.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Começava por contar uma pequena história que tem a ver com as emoções e com a inteligência emocional: Há dias vinha a conduzir, de manhã, e no noticiário das oito ou nove horas da manhã passava uma entrevista com um psicólogo muito conhecido do Porto e que dizia assim: Nós não podemos fazer com que as nossas organizações ou as nossas empresas estejam preparadas para o futuro se não estivermos emocionalmente bem. Isso acontece porque nós não esquecemos o passado e guardamos rancor.

Meus amigos, eu já senti isso aqui hoje. O passado pode não ser para esquecer mas não guardem rancor. Há aqui pessoas que continuam a viver o passado e a guardar rancor. Emocionalmente, provavelmente, não andam bem com as suas organizações. Ultrapassem isto, por favor, porque nós precisamos de andar para o futuro.

Não misturem as coisas. Uma coisa é a competência da Câmara Municipal mas não queiram que a Câmara Municipal faça o que é da competência dos privados. O investimento privado é bom, tem de ser feito, porque traz desenvolvimento mas não confundamos as coisas.

Relativamente à questão das festas quero dizer que a memória continua a ser muito curta. Todos nós estudámos história e verificámos que na Roma antiga, por exemplo, já se faziam grandes festas. Todos nós gostamos de festas, é da natureza humana gostar de festas, naturalmente que têm de ser doseadas.

Meus amigos, não se esqueçam do que vos disse e não fiquem agarrados ao passado e aos rancores. Andem para a frente.

Todos já ouviram falar num nome, que penso que vai ficar na memória aqui em Oliveira do Hospital: Randstad. Quem ainda não ouviu falar que fique a saber que é um dos maiores empregadores mundiais. A Randstad é uma empresa muito conceituada no mundo. Está a ser implantada em Oliveira do Hospital, vai criar emprego em Oliveira do Hospital que pode ir às duas centenas de postos de trabalho, e é de louvar todo o esforço que está a ser feito pela Câmara Municipal nesse sentido.

Ouçó muitas vezes o seguinte: A Câmara não fez. A Câmara não mexeu. A Câmara não avança. A Câmara não faz.

O PS sempre apresentou proposta, sempre criticou quando tinha que criticar e quando era feito o PS também dizia: foi feito e foi bem.

Hoje, os meus amigos só vêm aqui fazer críticas e apresentar coisas sem nexos.

Neste momento estamos a instalar em Oliveira do Hospital a fibra ótica e nas intervenções que já foram feitas ainda não foi referido que está a ser feita uma obra de futuro e que temos maior velocidade nas autoestradas da informação. Isto é que é de louvar.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Quero apresentar dois Pontos Prévios mas primeiro quero referir que as testemunhas não se arregimentam mas arrogam-se.

Dizer a um jovem Deputado, mais jovem do que eu, e que sabe que tenho consideração por ele, que relativamente ao Luciano Figueiredo tens muito que caminhar para conseguires fazer uma décima parte de tudo o que ele fez pelo Concelho, pelos Oliveirenses, e pela dignificação da política, e não sei se algum dia lá chegarás. Julgo que nem tu, nem eu!

Dado que hoje se inicia a semana europeia da mobilidade queria fazer aqui algumas questões e deixar algumas propostas ao Executivo: Quando é que o Município de Oliveira do Hospital adere a esta iniciativa que visa promover a mobilidade mais sustentada?

Depois referir que, tendo conhecimento da candidatura do Município no âmbito do PEDU, essencialmente para infraestruturas, ciclovias ou vias cicláveis, saber qual o ponto da situação desta candidatura, e saber se tivemos algum resultado positivo? Tendo sido negativo também nada obsta a que a Câmara siga um caminho próprio e não inviabiliza que a Câmara avance com a aquisição de viaturas elétricas, seja para o Executivo, e nomeadamente para o Presidente da Câmara se deslocar no próprio Concelho, seja para que os serviços realizem diligências externas. Penso que pode ir por aí. Penso que também há fundos para a aquisição de bicicletas elétricas, seja para alugar aos Municípes, seja para os próprios serviços que tenham que realizar diligências externas que sejam de curta distância ou seja para o turismo, criando paralelamente percursos de interesse turístico para quem queira visitar o nosso Concelho de uma forma mais facilitada. O nosso Concelho tem muitas zonas de interesse que podem ser visitáveis com bicicletas elétricas que é um meio cada vez mais acarinhado pelos Portugueses e por muitos estrangeiros.

De seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sra. Dra. Olga Maria Filipe Bandeira, que fez a seguinte intervenção:

“Venho mais uma vez a esta Assembleia para falar da saúde e hoje é por um motivo positivo: Desde maio, a Extensão de Saúde de Lagares da Beira, tem no gabinete médico uma clínica para atendimento à população, fechando, assim, um ciclo memos bom a esta comunidade. O balanço é francamente positivo na medida em que veio contribuir para que a saúde na Vila de Lagares esteja melhor e conseqüentemente também o Concelho.

De referir também a vinda de três médicos para o Centro de Saúde de Oliveira do Hospital que vieram colmatar uma lacuna há muito existente no Concelho.

Tudo isto foi possível graças ao Executivo Camarário que enveredou todos os esforços junto dos organismos responsáveis.

Em nome da população de Lagares da Beira faço um agradecimento público a todo o Executivo Camarário, na pessoa de Sr. Presidente, José Carlos Alexandrino. Muito obrigada!

Depois, uma breve nota, também, para fazer um agradecimento público a todos os Bombeiros de Portugal, e particularmente aos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira, por todo o esforço demonstrado nestes meses difíceis de combate aos incêndios, pondo em segurança pessoas e bens.

Uma última nota, também, relativamente à recuperação que está a ser feita na ponte que liga a estrada de Lagares da Beira a Travanca de Lagos: Claro que estou satisfeita pois vai certamente reatar a segurança e a ligação mais rapidamente entre as duas Freguesias e também vai permitir o acesso a outras localidades.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje é um tema nacional falar-se de necessidade de crescimento económico, falar-se de necessidade de investimento e eu não posso deixar de vir aqui cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara e este Executivo pelo conjunto de obras que vão ser lançadas neste Concelho. A isto eu chamo de atitude patriota. Num momento em que, realmente, há necessidade de investimento, há necessidade de crescimento económico, o que é isto? É

crescimento económico. É investimento público. Isso deve ser motivo de satisfação para todos os Oliveirenses.

Não sei se nas outras Câmaras se está a fazer isto. Ando por vários lugares e não vejo assim grandes movimentos, nem grandes cartazes, como foi aqui dito, a anunciar grandes obras, mas, aqui, estão lá! Os cartazes estão lá porque as obras vão ser feitas e eu acho que isso é muito importante para este Concelho. Apesar de todas as restrições que têm sido impostas às Câmaras Municipais, a nossa Câmara Municipal, devido à sua boa gestão, e apesar de ainda estar a contribuir para o Fundo de Apoio Municipal para ajudar as outras Câmaras que não fizeram uma boa gestão, ainda faz obras.

Esta história dos cartazes, do eleitoralismo, eu acho que isto é uma coisa muito batida e acho que não vamos por aí! As obras são realizadas neste momento como também poderiam ser daqui a meio ano, como poderiam ter sido feitas há um ano, se houvesse condições para isso. É neste momento que se vão realizar e por isso eu acho que é de louvar esta atitude do Município e esta iniciativa. É um conjunto de obras que são inquestionáveis. Todas elas são obras que têm utilidade e são obras necessárias, a começar, aqui, pelo novo espaço cultural da cidade que vai ser remodelado. Todas as obras na cidade e nas Freguesias são obras importantíssimas. As obras de saneamento, as vias, a requalificação de edifícios, enfim, tudo isto são obras importantíssimas para o nosso Concelho. Por isso acho que é de louvar esta atitude e esta iniciativa do Município.

Fala-se muito aqui em festas e a esse propósito queria dizer que vi com agrado, durante este verão, que não é só na sede do Município que se fazem festas. Fazem-se festas em todas as Freguesias e isso é demonstrativo que o Concelho está vivo, que as Associações estão vivas e que as pessoas participam. Isto é muito importante e é também sinal que o Município está a contribuir e a apoiar as Associações e a apoiar as Instituições. Isto também é economia porque gera movimento e gera receitas que vão ajudar essas Associações a fazer obras.

Quero também falar sobre um assunto que já aqui foi referido pelo meu colega Carlos Maia, mas eu queria dizer o seguinte: Compreendo a intervenção do Dr. Luís Lagos no que diz respeito à Estrada Nacional 17 e ao IC6. Nesta altura esta forma de pressão é perfeitamente natural e compreendemos isso perfeitamente, mas queria deixar, aqui, só uma nota:

O Sr. Presidente da Câmara e este Executivo sabem que o PS estará com eles na luta e na continuação da reivindicação da Estrada Nacional 17 e do IC6.

O Sr. Presidente da Câmara pode ter a certeza que o PS estará ao lado dele nesta luta, tal como o Dr. Luís Lagos também esteve. O mesmo não poderemos dizer do PSD quando se fez essa marcha e essa luta, mas eles lá terão as suas razões e não vou estar aqui a questionar isso. Também posso perguntar onde é que andou o PSD durante estes quatro anos porque aqui poucas vezes falou nisso.

Queria também aqui dizer que no dia vinte e três e vinte e quatro deste mês haverá a Festa das Vindimas em Lagares da Beira. A Festa das Vindimas é organizada pelo Rancho Folclórico e Cultural de Lagares da Beira. É mais uma festa e eu gostaria que todas as pessoas participassem e que estivessem nesta Festa das Vindimas para confraternizarem e para contribuir na economia local.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António da Silva Moreira, que fez a seguinte intervenção:

“Tendo em conta a intervenção do Sr. Luciano Figueiredo e relativamente ao campo de futebol da Bobadela eu quero esclarecer o seguinte: Ainda não vi nenhuma obra, fosse ela feita pelo PS, PSD, CDS ou CDU, que tivesse um emblema colocado na sua frente de um partido político. Todas as obras têm emblemas mas nunca de um partido político.

Quando existiu o problema do arrelvamento do campo de futebol da Bobadela, que o saudoso Prof. Dr. César de Oliveira quis fazer, e foi contrariado, não foi pelos membros do PSD! Peço desculpa, Sr. Luciano, mas o Senhor poderá ter razão em algumas situações mas nestas não!

O Executivo da altura era constituído pelo Dr. César de Oliveira, pela Dra. Adelaide Freixinho e pelo Dr. Fernando Brito. Certamente se recorda que eu era dos maiores amigos do Sr. Prof. César de Oliveira assim como o Prof. César de Oliveira era dos maiores amigos que eu tive nos Executivos Camarários.

A situação não foi para a frente, e não foi por causa do PSD, nem do PS, nem do CDS, nem da CDU, mas a situação não foi para a frente porque alguns elementos de Oliveira do Hospital, cujo emblema nunca lho vi, que se manifestaram contra. A Câmara ainda aumentou os balneários. O novo campo de futebol era para ser feito na zona sul da Bobadela e o campo atual era para ser relvado para ser utilizado pelo Oliveira do Hospital. As coisas não correram bem porque alguém se manifestou contra o Sr. Prof. César de Oliveira, e foi por isso que a obra não se realizou. Todos os partidos políticos queriam a obra. Na altura eu era o Presidente do Clube e era Presidente da Junta de Freguesia da

Bobadela e era quem mais desejava aquela obra porque aquela obra traria mais movimento à Bobadela e a nível distrital era um sinal muito importante. Portanto, o PSD não teve nada a ver com isso, amigo Luciano.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Na qualidade de Membro da Assembleia Municipal quero dizer o seguinte: Como natural de Avô e ex-executante da Filarmónica de Avô, quero agradecer à Câmara Municipal o apoio que deu às comemorações dos cento e cinquenta anos desta instituição, quer através do fornecimento de uma tenda gigante, quer através de um subsídio extra de dois mil e quinhentos euros, quer através da oferta de quarenta livros para a Filarmónica de Avô, quer com a presença do Sr. Presidente da Câmara Municipal, do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores e da Sra. Vereadora da Cultura durante os três dias das comemorações.

Pela minha parte agradeço também aos Senhores Membros da Assembleia, Presidentes de Junta de Freguesia e Executivo que quiseram estar comigo no dia treze de agosto no lançamento do livro da História das Filarmónicas. É óbvio que o apoio que me foi dado por parte da Câmara foi um apoio idêntico ao que tem sido dado a outros escritores do Concelho.

Quanto a esta Proposta de Recomendação, entregue pelo Sr. Eng.º Rafael, eu estive aqui a ver o Regimento e isto como o próprio título diz é uma recomendação à Câmara e por esse motivo eu remeto a Proposta de Recomendação ao Sr. Presidente da Câmara para os devidos efeitos.

Quanto à questão do pedido de intervenção para defesa da honra quero dizer ao Sr. Luciano que tenho muita pena mas, a exemplo do que já tem acontecido anteriormente, tenho que lhe dizer que não houve aqui ataques à pessoa. Houve, sim, ataques às suas posições políticas anteriores e alguns juízos de valor sobre as suas posições políticas anteriores.

A defesa de honra deve ser usada quando há um ataque à pessoa. Portanto, tenho muita pena mas não me parece que se justifique a defesa da honra.

Peço-vos que quando as posições da Mesa não sejam relativamente confortáveis e que eventualmente nos toquem na nossa zona de conforto que mantenham a calma.

Quanto às duas questões que o Sr. António Lopes aqui colocou: A primeira questão, em que pediu ao Presidente da Assembleia Municipal para

trazer aqui um elemento independente para fazer as revisões das contas da Câmara, pelo que eu saiba a Assembleia Municipal é que fiscaliza e acompanha a atuação da Câmara e, por isso, não faz sentido nenhum socorrer-nos de um técnico para analisar as contas da Câmara.

A segunda questão era relativa à BLC3 e eu não tenho que responder em relação à BLC3 mas como a documentação veio por aqui eu digo-lhe o seguinte: O Senhor levantou umas sete ou oito questões na ação que apresentou no Tribunal Administrativo e Fiscal. Teve perda de causa de sete dessas questões, é preciso não esquecer, e teve ganho de causa em três dessas questões. Está aqui a documentação que lhe foi entregue em resposta a essas três questões. Portanto, a BLC3 respeitou escrupulosamente aquilo que o Tribunal Administrativo lhe ordenou.

É escusado continuar, aqui, a levantar esta questão. Primeiro: Isto não tem nada a ver com a Câmara Municipal porque o Tribunal Administrativo ordenou à BLC3 que lhe respondesse e não à Assembleia Municipal;

Segundo: Não é a Assembleia Municipal que tem que se estar a preocupar com isto e muito menos o Presidente da Assembleia.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de começar esta minha intervenção dizendo o seguinte e clarificando algumas coisas: Penso que a partidarite aguda de qualquer elemento desta Assembleia não ajuda a construir o futuro em Oliveira do Hospital.

A nível partidário percebo que em determinadas áreas políticas tenhamos visões diferentes. O meu Executivo não está imune às críticas por ter mau desempenho em algumas áreas. As propostas vindas das diferentes bancadas, na forma de como eu vejo a política, serão sempre bem-vindas e bem aceites. Da minha parte não há qualquer problema porque não há más ideias do PSD, não há más ideias do CDS ou do Partido Socialista. O Partido Socialista não é o dono das boas ideias.

O que tenho vindo a construir é um pluralismo partidário, respeitando o quadro político do nosso Concelho. Também me entristece, como Presidente do Município, perceber que há pessoas que fazem demagogia política. Colocam o Concelho para a frente mas estão sempre com umas bicadas partidárias. Não posso deixar de fazer esta referência pedindo-vos que estamos na reta final do mandato e todos os partidos legitimamente têm direito a terem projetos políticos

para a Câmara Municipal e, por isso, peço-vos para nos unirmos e para que os partidos ficassem abaixo dos interesses do Concelho de Oliveira do Hospital. Os interesses de Oliveira do Hospital sobrepõem-se à partidarite.

Vejam como é que se faz a política: Quis-se criar um caso com a CRAPTUR e quero deixar já aqui uma nota bem clara: Da minha parte não haverá nenhuma especulação sobre este assunto. O Município estará ao lado do empresário para encontrar soluções até porque aquele investimento tem sido acarinhado pelo Executivo. Estamos na reta final do mandato. Há coisas que correram menos bem mas que não são importantes agora porque o sucesso daquele empreendimento, e nomeadamente do empresário da CRAPTUR, será também o sucesso de Oliveira do Hospital e será o sucesso deste Executivo. Nós, na Câmara Municipal, continuaremos, aqui, com esta posição. O Dr. José Francisco Rolo, ontem, teve uma reunião, já hoje estivemos a trabalhar toda a manhã sobre esta área, e hoje temos que nos congratular e criar condições para dignificarmos aquele empreendimento.

Também quero dizer-vos que hoje foi inaugurado o Hotel Stroganov em Fiais da Beira e também têm surgido outras unidades de Turismo Rural, em Alvôco, São Gião, Chão Sobral, que também temos acarinhado independentemente da dimensão dos projectos. Os dois projectos maiores, sem dúvida nenhuma, é o da CRAPTUR e o Hotel Stroganov.

Nós sabemos que alguns gostam de aproveitar estas polémicas, porque não têm outras coisas para fazer, e depois apanham estas pequenas coisas para fazerem números políticos, mas nós respeitamos esses números políticos.

Relativamente a algumas intervenções que hoje foram feitas quero dizer que é verdade que no passado houve algumas opções erradas mas também é importante dizer que já passaram sete anos que nós somos Executivo.

Eu sou um homem diferente na política e, por isso, não me revejo com alguns políticos que têm a moral toda para falarem nesta Assembleia mas depois, como se costuma dizer, virados ao contrário deitam muito pouco.

Sempre gostei de me afirmar como um político diferente e também digo que chegou a hora de falarmos de futuro até porque o PSD já foi Executivo há muitos anos, e com certeza que fizeram algumas coisas bem e também fizeram outras coisas mal, mas acho que agora devemos falar de futuro e sobretudo do trabalho que o meu Executivo tem feito.

Quando se debatem determinados assuntos a oposição tem que ter sentido de responsabilidade porque, muitas vezes, obriga-nos a ir buscar o passado

quando já não é necessário. O passado já lá vai e este executivo tem sete anos e teve tempo para mostrar se tem valor ou se não tem valor.

Sr. Eng.º Rafael deixe-me dar-lhe esta pequena nota: Nos primeiros quatro anos de mandato o que mais foi combatido no meu Executivo foram as festas. Na última corrida eleitoral autárquica o maior chavão do PSD, do seu partido, foi o problema das festas.

Olhe a resposta! O povo gostou das festas e por isso deixemos essas coisas até porque aqui, como o Senhor já percebeu, os Presidentes de Junta também gostam de festas e promovem várias iniciativas.

Por isso foi uma nova forma e uma nova visão de ver o Concelho e de lhe dar uma dinâmica diferente. São visões diferentes.

Também lhe digo a si, e também ao Eng.º Carlos Inácio, que tenho uma visão diferente, às vezes as pessoas que estão longe não têm conhecimento de causa profundo da realidade local que é uma coisa diferente. Como é que eu o ia criticar a si, Sr. Eng.º Rafael, quando tenho aqui a Patrícia Moreirinhas, o Carlos Inácio, como é que eu o poderia fazer. Eu sou um pacificador por natureza.

Quero também referir um tema que acho estruturante e que levou aqui a um debate e que foi referido pelo Eng.º Carlos Artur Maia e pelo Dr. Luís Lagos: Quero dizer aqui, reconheço que o Dr. Luís Lagos, em relação ao problema do IC6 e da Estrada Nacional 17, tem moral para nos criticar, independentemente de ele hoje ser um homem com responsabilidades como Presidente da Comissão Política Distrital do CDS-PP de Coimbra, e para mim, como Presidente do Município, é uma honra ter um Deputado na Assembleia Municipal, que fala bem, e que é Presidente, porque pode ser um aliado do Presidente da Câmara Municipal nos corredores do poder, nós devemos aproveitar todas as pessoas que têm valor no nosso Concelho.

Depois o Dr. Luís Lagos deu uma grande lição de democracia, aquilo que o PSD não foi capaz de fazer, e por isso há aqui uma diferença entre o Dr. Luís Lagos e o PSD. É que o Dr. Luís Lagos juntou-se e participou na manifestação e na reivindicação do IC6. Por isso há aqui diferenças. Aquilo que o Eng.º Rafael não fez e não fez de maneira tão clara.

Vamos falar a verdade para as pessoas que estão aqui. A lógica partidária cega as pessoas. Acho que já houve palavras a mais, já demos tempo suficiente ao Governo para resolver este problema. O problema é que este Governo está quase a fazer um ano e já é tempo de mais para a resolução destes problemas.

Não quero tomar aqui nenhuma posição porque quero discutir muito brevemente com os líderes de cada partido, chamá-los a uma reunião e determinarmos entre todos, em comum acordo, como é que deve ser a luta e como é que ela se deve fazer. Da minha parte há toda a disponibilidade porque se há alguém que se sente aqui frustrado, pela luta e pelo trabalho que tem tido, sou eu e o meu Executivo, e pelas démarches que temos feito a nível político de pressão para este assunto ser resolvido. É verdade que até agora essa nossa pressão valeu pouco, o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital vale pouco para o PS nacional porque até agora não consegui abrir portas e tenho que confessar-vos isto porque eu aqui falo verdade.

Como eu já disse, se o Eng.º João Brito, o Dr. Luís Lagos, o João Dinis, o Eng.º Carlos Artur, reunia-mos e entre os quatro, iríamos associar-nos a um estilo de luta que tem de ter na minha opinião uma forma conjunta. Acho que a adjudicação da Estrada Nacional 17 é uma vergonha. Estive há pouco tempo com o Dr. Marcelo Rebelo de Sousa em Aveiro num Seminário promovido pela Associação Nacional de Municípios, onde estiveram algumas pessoas com responsabilidades políticas e com quem eu falei e inclusive com o próprio Presidente da República por causa do problema do IC6 e não o incomodei com a Estrada Nacional 17. Como eu disse estivemos num Seminário, e tenho muita honra por ter sido convidado para esse Seminário, houve vários Governantes que estiveram neste Seminário e com quem eu fui falando. Eu tenho vindo a desenvolver um conjunto de contactos mas reconheço que até agora tem havido muita porta fechada relativamente ao Ministério das Infraestruturas. Como eu disse é uma coisa que me angustia, para uma pessoa que luta pelo seu Concelho, uma pessoa que acha que nós temos razão, porque este é um problema de razão e não é um problema de justiça.

O nosso território e os Concelhos vizinhos têm sido prejudicados pelos diferentes Governos. Combati o Governo PSD, não, pelo facto de não ser do PSD, mas porque estava a prejudicar um Concelho. Tal como temos lutado com este Governo reivindicando estas estradas. Também sou sincero a paciência esgota-se e eu acho que estou numa fase de paciência esgotada.

Ainda relativamente aos projetos Turístico, tenho que referir um projeto muito interessante que é do Sr. António Dias da Bobadela. É um projeto de cerca de três milhões e meio de euros, neste momento cofinanciado e com a obra já começar a decorrer. Este é um trabalho do Sr. Vice-Presidente porque é ele que assessoria muito mais estas áreas do Turismo do que eu. É ele que participa mais, o Dr. José Francisco Rolo tem feito um trabalho fantástico nesta

área, estão aí os promotores que sabem que o Dr. José Francisco sempre os acompanhou quando foi preciso e por isso nós também estamos nesta área.

Também já entrou o projeto do Hotel São Paulo na Secção de Obras Particulares. Está neste momento em análise.

Houve um investimento forte também na Pousada de Santa Bárbara mas tem havido ali alguns percalços e vejo aquilo ainda sem muito avanço.

Temos acompanhado todos estes processos e, por isso, temos feito também esta área no nosso trabalho.

Não somos perfeitos e com certeza não conseguimos fazer tudo mas há estas pequenas notas que mostram que há dinâmica em Oliveira do Hospital.

O Eng.º Rafael até vai lendo as notícias e eu gostava que ele hoje tivesse referido a obra de implantação da fibra ótica em Oliveira do Hospital porque não acredito que não soubesse que está a ser implementada.

Relativamente à implantação da fibra ótica em Oliveira do Hospital quero dizer que nem tudo me agrada. E não é só Oliveira do Hospital: É Oliveira do Hospital, Catraia, Nogueira do Cravo, Bobadela, Travanca, Lagares da Beira. Não estou contente porque não englobam o Ervedal, não englobam o Seixo, não englobam Lourosa, não engloba a zona de Penalva de Alva. Outra coisa que me tem vindo a preocupar é que nesta fibra ótica foram colocados alguns postes de madeira que dão um ar abarracado nalgumas situações e que eu fui absolutamente contra. Numa das reuniões o com os Engenheiros, o Engenheiro disse-me: Sr. Presidente temos oitocentos mil euros para levar a fibra ótica a Oliveira do Hospital e já não temos verba para fazermos a obra subterrânea e, por isso, ou o Sr. Presidente quer a fibra ótica nestas condições ou nós não fazemos nada.

O projeto da Altice, da Randstad precisa de fibra ótica com velocidade na resolução e por isso eu acho que também nesta parte não tem sido tudo negativo mas há aqui muitas coisas também positivas.

Uma coisa que eu não queria deixar de referir são as obras que estão a ser lançadas: Muitas das obras que estão a ser lançadas são financiadas, e já expliquei isso uma data de vezes. Agora acham que é propaganda eleitoral. O Governo do PSD teve dois anos o Quadro Comunitário fechado e agora as verbas estão disponíveis. Eu também percebo e sei que há muitos que não queriam estas obras, e nem as queriam nesta altura, mas deviam era perguntar às populações e aos Srs. Presidentes de Junta se as obras ainda vêm em bom tempo ou não? Perguntem às populações se elas querem ou não estas obras?

Também é verdade que ainda não tivemos o empréstimo dos dois milhões porque o Tribunal de Contas ainda não deu o visto mas temos neste momento obras lançadas com um valor de cerca de três milhões de euros e vamos lançar mais, como vocês sabem, ainda durante o mandato, pelo menos mais três, como por exemplo obras de saneamento, como falou o Sr. Presidente da Junta de Nogueira, e há um conjunto de projetos candidatados.

Uma coisa importante que fizemos é que negociámos o dinheiro e hoje vai haver um forte investimento de participações.

Relativamente à Casa da Cultura quero dizer o seguinte: A Casa da Cultura é discutível. A Casa da Cultura César de Oliveira tem vinte e cinco anos e hoje não tem condições para dar resposta àquilo que nós queremos como por exemplo um filme que estreia em Lisboa e poderia estrear em Oliveira do Hospital e, por isso, é preciso fazer uma remodelação. E qual é que foi a nossa ideia: Não tínhamos muito dinheiro para gastar na Casa da Cultura porque nós tínhamos uma verba alocada do PEDU para recuperar o Colégio Brás Garcia de Mascarenhas e por acaso havia outra verba que estava no pacto, com oitenta e cinco por cento, para recuperarmos a Casa da Cultura. Foi da junção destas verbas, e por isso há aqui uma visão financeira, as duas verbas juntas dão para fazer a nova Casa da Cultura com uma participação de oitenta e cinco por cento.

Hoje, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, se não tivesse participação financeira não podia lançar estas obras.

Pedimos dois estudos a dois Arquitetos, um de Oliveira do Hospital e outro do exterior, que tinham experiência e que tinham perfil até porque tinham construído e feito o projeto de várias Casas da Cultura. Escolheu-se um e vamos ter uma Casa da Cultura mais moderna, com trezentos lugares, e transformaremos a Casa da Cultura César de Oliveira. Haverá um auditório diferente para coisas mais pequenas mas ao mesmo tempo recuperaremos o Colégio Brás Garcia de Mascarenhas.

Uma Casa da Cultura para teatro e cinema não é a mesma coisa que um Multiúso. Disse aqui o Eng.º Carlos Artur o tempo foi diferente nós entrámos a partir de dois mil e nove que é quando há as crises. À Câmara Municipal tiraram-lhe no seu orçamento anual um milhão de euros ao longo destes anos, foram sete milhões, mas tiraram-lhe outra coisa, ainda agora participámos no Fundo de Apoio Municipal. Estamos a pagar para outros Municípios, o dinheiro está lá como um depósito a prazo e por isso não lhe podemos mexer. Temos que nos reajustar e adaptar a capacidade financeira à nossa realidade.

Meus caros amigos. Eu até posso querer um aeroporto em Oliveira do Hospital, para ter cá os helicópteros que combatem os incêndios e chegam mais depressa aos fogos, mas se não tiver dinheiro para o fazer não o tenho. Eu posso sonhar, e sonhar também não é proibido, mas como eu sou realista, sou um homem que na parte financeira sou muito rígido e muito determinado, mesmo que alguns achem que não. Alguns acham que isto é uma bandalheira, mas isso depende sempre das perspetivas.

Nós cá estaremos para fazer esta obra da Casa da Cultura.

Não quero falar do passado mas lembrem-se de quanto se gastou para fazer o palco no Parque do Mandanelho, que é um palco desajustado pela sua dimensão? Foram apostas que as pessoas fizeram de maneira diferente no seu tempo. Se fizeram bem, se fizeram mal, são problemas e também nunca somos julgados na mesma hora em que desempenhamos é só mais tarde nas eleições.

Sobre a ponte do Rio Cobral eu queria dar uma satisfação que é a seguinte:

A Câmara Municipal não tem técnicos especialistas em pontes e por isso foi preciso contratar os serviços das Infraestruturas de Portugal que têm bons técnicos para fazerem o relatório e para fazerem auditorias. Tudo isto demorou demasiado tempo. Esta era uma obra prioritário e eu estou absolutamente de acordo com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos porque esta obra era efetivamente uma grande necessidade.

Hoje gostava de adotar uma estratégia diferente: Logo que acabasse o período de Antes da Ordem do Dia, e se o Sr. Presidente da Assembleia e os Srs. Deputados quisessem, seriam feitas duas intervenções dos Srs. Vereadores. Eu sou um homem que trabalha em equipa e gostava que a Sra. Vereadora, Eng.^a Teresa Dias, responsável na área da floresta, fizesse uma intervenção para nos dar uma perspetiva relativa aos fogos e para que nos informasse do que é que correu bem o do que é que correu mal.

Também na área da Educação peço à Sra. Vereadora, Prof^a Graça Silva, para nos informar como é que decorreu a abertura do ano letivo e como é que as coisas estão organizadas.

Sobre os médicos e sobre o conflito com o médico só queria dar aqui um esclarecimento muito rápido: Hoje o Concelho de Oliveira do Hospital está muito melhor. A Sra. Dra. Olga Bandeira na sua intervenção referiu que a Extensão de Saúde de Lagares da Beira já tem médico e a área da saúde está numa situação muito melhor. Também quero dizer que temos mais três médicos a quem nós pagamos neste momento a estadia. Em janeiro serão colocados mais

dois médicos e por isso nesta luta serão colocados seis médicos novos. Em janeiro a direção Regional de Saúde tem um concurso e virão mais dois médicos. Há aqui um trabalho muito bem feito.

Sobre isto que se passou com o médico eu quero dizer o seguinte: A Câmara Municipal paga um apartamento a cada médico. Agora só posso dizer isto, não posso ficar a pagar três ao mesmo tempo e quando cheguei ao quarto disse que não pagava mais, logicamente.

Não houve caso nenhum, mas eu vou dizer como é que se fazem casos. Não é por acaso, durante um curto espaço de tempo houve três notícias sobre o Centro de Saúde e como é que se cria um caso? Eu vou-vos dizer. Se calhar, com um enfermeiro, que, se calhar, em vez de estar a trabalhar está a fazer política contra este Executivo e também é pseudo-jornalista. É assim a nossa vida! Esse próprio enfermeiro teve um processo de inquérito por estar a fazer política, e foi o PSD que lhe avançou esse processo de inquérito, dito por um dos elementos da Comissão Política do PSD, e por isso não estranhem isto. O que nos estranha é que pessoas que deveriam estar a trabalhar em prol da saúde estejam a fazer política contra este Executivo porque pertencem à Comissão política do PSD. Mas deixemos isso de barato porque isso não nos incomoda nada e é para o lado que nós dormimos melhor.

Relativamente à intervenção do Dr. Francisco Garcia gostaria de dizer que o projeto do PEDU não tem ciclovias para Oliveira do Hospital. A construção de ciclovias só foi contemplada para as zonas onde já há uma cultura na utilização de bicicletas como por exemplo Aveiro e Ílhavo.

Dou por terminada a minha intervenção e penso que respondi a todas as questões.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Teresa Maria Mendes Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Os incêndios são um assunto que nos aflige a todos, ou quase todos, a época de incêndios ainda não terminou pois o denominado Período Crítico termina a trinta de setembro podendo prolongar-se, caso as condições meteorológicas o exijam, no entanto trago-vos os dados relativos ao ano de dois mil e dezasseis para o Concelho de Oliveira do Hospital, à data de quinze de setembro: Relativamente ao número de ocorrências, foram registadas quarenta e oito ocorrências, das quais trinta aconteceram até trinta de junho e dezoito após um de julho; Relativamente à área ardida registaram-se trinta e quatro vírgula

treze hectares, dos quais vinte e nove vírgula vinte e dois hectares arditos até trinta de junho e quatro vírgula noventa e um hectares após um de julho.

Registo também que entre um de julho e trinta e um de agosto existiram trinta e sete dias em que o índice de risco de incêndio esteve em níveis muito elevado e extremo. Dias estes em que os diversos agentes estiveram concentrados a fazer vigilância.

“Com o fogo não se brinca”, passo a expressão, mas quando efetivamente ele existe à que perceber a dinâmica do fogo e conhecer as condições do terreno, daí ressalto a eficácia na primeira intervenção do conjunto de agentes presentes no terreno.

Informo ainda que durante o ano de dois mil e dezasseis foram notificados pelo Município cinquenta proprietários para procederem à limpeza das faixas de proteção a edificações, existem neste momento oito processos em fase de notificação e sete processos que continuam a aguardar que se descubra o proprietário dos terrenos.

Informo, também, que o Município recebeu o relatório relativo à “Operação Ignição Zero”, da GNR, levada a cabo a nível nacional, que registou cento e quarenta infrações, das quais cento e quinze são relativas às faixas de limpeza de gestão de combustível de proteção às edificações, vinte e quatro relativas a viaturas em fim de vida e uma relativa a um poço que não se encontrava devidamente vedado.

Relembro que o período crítico só termina a trinta de setembro, pelo que, entre outras, ainda não se podem fazer as vulgares fogueiras. Este é um alerta que deixo aos Srs. Presidentes de Junta que estão mais próximos das populações.

Tenho ainda em meu poder para entregar aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia um cartaz do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas para afixar após trinta de setembro, com os cuidados que a população deve ter com o uso do fogo. No final da Assembleia distribuirei por todos.”

Em seguida foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à vida autárquica e no que diz respeito à Educação quero lembrar que a Educação é a área que envolve maior verba orçamental nas Grandes Opções do Plano do Município de Oliveira do Hospital, são cerca de dois milhões de euros que são cativos no orçamento. É uma área extremamente sensível, em constante mudança, e é necessário estarmos sempre atentos a essas

mudanças estruturais, sociais e àquilo que são as necessidades dos agregados familiares, àquilo que são, também, os desafios, como foi dito aqui pelo jovem Deputado André. Foi essa a pergunta que fez: Que novos desafios tem abraçado a Autarquia para conseguir dar respostas àquilo que são as necessidades no Concelho de Oliveira do Hospital?

Para ficarem com um breve registo: Ontem, quinze de setembro de dois mil e dezasseis, iniciámos o ano letivo. A rede escolar é sempre discutida em maio e não é a Câmara Municipal, nem os Diretores das Escolas, nem os Srs. Presidentes de Junta que decidem quais são as escolas que ficam abertas mas como sabem é a tutela, é o Ministério da Educação que decide. Este ano encerraram as Escolas do Primeiro Ciclo de Vila Franca da Beira e Jardins de Infância de Vila Franca da Beira e encerrou também a Escola do Primeiro Ciclo de Lagos da Beira. A razão pela qual elas encerraram teve a ver apenas com a baixa frequência ou seja poucos alunos a frequentarem as escolas.

Não posso deixar de enaltecer o contributo do Agrupamento de Escolas, na sugestão que foi feita por parte da Autarquia, na mudança do Jardim de Infância de Lagares da Beira. Esse Jardim não encerrou, apenas se fez uma mudança de espaço físico para junto das instalações da Escola Básica de Lagares da Beira. Esta é uma experiência que já obtivemos com muito sucesso na Escola da Cordinha. Refiro-me ao facto de termos a oportunidade de, dentro do mesmo espaço escolar, termos do Pré-Escolar até ao nono ano. Agora também Lagares da Beira tem essa oferta formativa. Os Lagarenses podem ter os seus filhos desde os três até aos catorze anos a frequentar o mesmo espaço escolar.

Estruturalmente, na Rede Escolar, foram estas as alterações.

Depois houve turmas, a nível do segundo e terceiro ciclos e ensino secundário, que foram reestruturadas mas sem um grande significado.

Deixar-vos aqui alguma nota explicativa daquilo que é a preparação do arranque do ano letivo que, como já disse, é uma área sensível e complexa, começando, por exemplo pelos transportes escolares. A nossa área geográfica é muito dispersa, tem uma rede extremamente complexa, e também financeiramente é bastante volumosa. Representa mais de meio milhão de euros para a autarquia. Este volume nunca diminui, vais sempre aumentando, apesar de haver uma perda de alunos, isto porque a rede mantém-se e os custos aumentam e vai sempre havendo a necessidade de ajustar preços. Este valor afeto aos transportes escolares nunca vai conseguindo diminuir e vai sempre aumentando mesmo que haja menos alunos.

Outra preparação que é feita a nível do arranque do ano escolar são as refeições escolares. Vamos discutir, aqui, um Ponto na Ordem do Dia que está relacionado com os contratos Interadministrativos que no início deste mandato foram assinados com as Juntas de Freguesia para que pudéssemos manter o serviço de refeições prestadas. Serviço, este, que é prestado pelas IPSS do nosso Concelho e que tem sido uma mais-valia para mantermos a qualidade destas refeições e graças às Juntas de Freguesia que têm colaborado connosco, e que tem sido extraordinária essa colaboração, porque também sem as Juntas de Freguesia, muitas das vezes, não iríamos conseguir ter este tipo de serviço para que pudéssemos garantir esta mesma qualidade. As IPSS também têm sido entidades muito importantes porque nós continuamos com muitos estabelecimentos de ensino abertos, apenas temos um Centro Escolar, e isto implica uma rede dispersa.

Temos cerca de quarenta e oito estabelecimentos de ensino, Pré-Escolar e Primeiro Ciclo, ainda em funcionamento. Há muito estabelecimento de ensino aberto e que implica que haja muita parceria entre várias entidades para podermos manter este serviço. As Junta de Freguesia e as IPSS têm sido extraordinárias na colaboração com a Autarquia para podermos assegurar também as refeições escolares.

Depois foi necessário preparar o arranque escolar no que diz respeito ao apoio dos agregados familiares, nomeadamente o Cheque Mais Educação, que tem sido uma aposta desta Autarquia na preparação do arranque do ano, assim como, o Projeto Roda Livro. Isto é preocuparmo-nos com as famílias para que possam ter mais facilidade na aquisição dos Manuais Escolares. É importantíssimo, a nosso ver, porque, certamente, são muitas as necessidades do agregado familiar para poderem preparar o seu arranque do ano. É o material, é a mochila, é a roupa porque vem o inverno e vem a mudança de estação, há uma série de compras a fazer e, a Câmara Municipal, também, junto com as Papelarias do Concelho, aqui procuramos também dar ênfase à economia local porque permitimos que as compra sejam feitas nas papelarias do nosso Concelho. Ou seja, os Encarregados de Educação compram os Manuais Escolares dos seus filhos, trazem a fatura, e levam de imediato o dinheiro correspondente a esse valor. Tudo isto dá o seu trabalho e leva o seu tempo.

Depois, queria também dizer-vos que este arranque do ano foi sereno, calmo, decorreu com muita normalidade. Foram, também, muitas obras efectuadas nos diferentes espaços escolares.

Queria enaltecer esta articulação que tem sido feita entre as diferentes escolas: O Agrupamento de Escolas, a EPTOLIVA e a ESTGOH. Sem este trabalho de articulação também não era possível podermos evoluir no nosso trabalho.

Também deixar aqui um agradecimento aos parceiros que fazem parte do Conselho Municipal da Educação.

Com esta colaboração, e esta parceria também fizemos outras inovações nomeadamente nas Atividades de Apoio à Família. As Atividades de Apoio à Família são muito importantes para os Encarregados de Educação e houve aqui uma grande alteração para tornarmos mais apelativa a Escola Pública e o Jardim de Infância com a preocupação de darmos respostas sociais.

As Atividades de Apoio à Família é uma valência que funciona antes dos horários das Educadoras e depois dos horários das Educadoras e por isso é necessário que sejam criadas boas condições.

Foram feitas melhorias nos estabelecimentos de ensino assim como foi criado um novo normativo para que os Pais pudessem tornar mais apelativa a frequência dos alunos nestes espaços.

Enaltecia aqui também o Agrupamento porque recentemente foram colocados alunos nos seus cursos, nas suas faculdades, e sei que todos os alunos que se candidataram ficaram nessas faculdades, a maioria na primeira preferência e por este facto, parabéns aos docentes e à equipa do Agrupamento de Escolas porque os nossos alunos têm o seu futuro, para já, garantido nas faculdades onde foram colocados.

Deixar também aqui um registo à EPTOLIVA e ao Agrupamento de Escolas porque se têm esforçado e melhorado a oferta formativa. Isto é importante para a captação e fixação de alunos não só do Concelho de Oliveira do Hospital mas também para alunos que queiram vir de outros Concelhos para as escolas do Concelho de Oliveira do Hospital. Registo aqui até o facto de a EPTOLIVA ter obtido recentemente a Certificação como Entidade Formadora da Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho. Este é um novo passo para a EPTOLIVA e, por isso, parabéns à EPTOLIVA.

Também dar os parabéns à ESTGOH porque foi criada uma nova Licenciatura e um novo Mestrado. É mais uma oferta formativa para o Ensino Superior com a criação de mais cento e seis vagas para a ESTGOH. Parabéns também à direcção da ESTGOH por ter conseguido este grande objectivo de captar mais alunos.

Não posso deixar de referenciar que a Câmara Municipal tem procurado criar ferramentas de apoio às escolas, nomeadamente ao Pré-Escolar e ao Primeiro Ciclo porque temos que nos preocupar com a tenra idade porque é aqui que tudo começa.

Posso referir ou relembrar os Senhores Deputados que a Câmara ao longo destes anos criou apenas os seguintes projectos: Escola Feliz; Escola Mais Feliz; Férias Ativas; Atividades de Verão; Projeto Roda Livro; Prémio de Mérito Escolar para o Ensino Superior; Programa Fruta Escolar; Heróis da Fruta e muitos outros que entretanto também se vão fazendo ao longo do ano com a ajuda das várias escolas.

Para terminar a minha intervenção queria registar a árdua tarefa do Agrupamento de Escolas porque o Agrupamento de Escolas aglutina o maior número de alunos do Concelho de Oliveira do Hospital, são cerca de dois mil quatrocentos e sessenta e sete alunos, e queria obviamente dar os meus parabéns a esta escola na pessoa do Prof. Carlos Carvalheira. Não tem sido fácil trabalhar, a Direção da Escola tem tido muitas dificuldades, os docentes precisaram de fazer grandes adaptações mas vai-se caminhando e estamos aqui para fazer um trabalho conjunto para que a Educação no nosso Concelho seja cada vez melhor.

Obrigado também ao Agrupamento de Escolas pelo facto de se terem dedicado para que Oliveira do Hospital seja um Concelho Educativo.

Oliveira do Hospital é um bom Concelho para se viver e os jovens de Oliveira do Hospital têm um óptimo Concelho para poderem estudar.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Tem sido para nós muito bom trabalhar com esta Direcção do Agrupamento de Escolas, sobretudo com o Sr. Presidente, que também é Deputado nesta Assembleia Municipal. É realmente o homem certo no lugar certo. Ele e a sua equipa têm feito um excelente trabalho e também todos os Professores, todos os Auxiliares de Ação Educativa, todos os Administrativos e todos os alunos. Acho que temos um Concelho com qualidade educativa.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Assembleia, eu cada dia estou mais desiludido consigo, todos os que aqui estão aqui presentes foram testemunhas que eu na última Assembleia pedi para me ser mostrada a página três, a página onze, quarenta e quarenta e três, depois de um comício de quase uma hora do Sr. Presidente, onde estavam os elementos que eu tinha pedido ao Senhor para estar aqui alguém com competência, estava a pensar no Dr. João Mendes ou no próprio ROC, para explicar. Porque esse problema dos inventários já está no relatório da IGF para ser tratado e resolvido. E até contrataram uma pessoa que esteve lá três dias e nunca explicaram porquê? Eu também perguntava isso. E o Senhor requerendo o direito, meu, primeiro eleito desta Assembleia pela vontade do povo para estar na cadeira onde o Senhor está, e não me respondeu. Está lá, na página quarenta, que a Câmara tem quarenta e quatro por cento da BLC3 e o Sr. Presidente da Câmara que era Presidente da Assembleia Geral sabia que nesse ano, já desde dois mil e catorze, a Câmara só tem trinta e um virgula oito por cento, apesar da Câmara ser a única que continua a por lá dinheiro.

Respondendo ao meu amigo José Ferreira, por quem tenho estima e consideração, uma coisa assim tão boa, porque é que se cedem vinte e dois por cento de borla? Se aquilo é assim tão bom, e eu até acredito que seja, sou um grande defensor da BLC3, porque é que se deu vinte e dois por cento de borla?

Pergunto a esta Assembleia se isto não a incomoda? A Câmara põe lá cem mil euros por ano, já lá pôs mais de um milhão de euros. Com tanta falta de dinheiro, Sr. Carlos Artur, a Câmara tem um milhão para lá por, como já pôs. Leia a Lei 50/2012 e leia o parecer do Tribunal Constitucional número dezasseis de seis de maio, e veja o que lá está. Também quero dizer a esta Câmara e ao Sr. Presidente, porque até aqui eu fiz o debate no campo político e neste momento está a ser elaborado um processo ao abrigo dessa Lei 50/2012 e vamos ver como é que isso acaba!

A BLC3 é uma ilegalidade de uma ponta à outra, nada do que lá está veio a esta Assembleia Municipal, até politicamente é um desrespeito quanto mais do ponto de vista legal e, por isso, o Tribunal Constitucional não autorizou uma BLC3 à Câmara de Guimarães, mesmo depois de aprovada na Assembleia Municipal.

O Sr. António Lopes não deixa cair esta guerra porque esta pecinha que está aqui, está a vê-la, custou-me dezanove euros e sessenta cêntimos e o Sr. Presidente da BLC3 diz que foi por causa desta peça que os geradores custam mais de vinte e sete mil euros.

Não há ninguém que me diga qual é a marca do gerador que está lá? Porque por aí vamos a um fornecedor qualquer e sabemos o preço. Porque é que os Senhores não querem esclarecer isto?

Queria cumprimentar o Dr., Luís Lagos e o Eng.º João Brito pela eleição. O Senhor agora com as novas responsabilidades políticas finalmente também descobriu o IC6, o seu governo saiu há menos de um ano e não sei porque é que não resolveram! Acho piada a esta história do IC6 porque só querem fazer o IC6 quando são oposição! Quando estão lá no Governo não o querem fazer porquê? É por isso que eu digo que é a política politiqueria e depois não gostam que o António Lopes diga a verdade!

Quero dizer aqui ao Sr. Presidente da Câmara que o IC6 não chegou a Oliveira do Hospital por causa da conversa, “que é preciso sangue” e da guerrilha e sei do que é que estou a falar e sei quem é que mo disse e sei do desencanto de muitos Presidentes de Câmara por causa dessa afirmação. Vieram cá os Presidentes das duas CIM meter água na fervura e nunca mais ninguém cá apareceu.

Assim como o problema da Saúde não está bem resolvido por causa das bocas com que o Sr. Presidente gosta de estar, com quem esteve e com quem não esteve, tem esta necessidade de estar “em bico de pés” e depois nós é que as pagamos.

Quanto à minha vida pessoal, com que o Sr. Presidente sempre se preocupa muito, efetivamente não estou a passar uma boa fase do ponto de vista financeiro mas quero dizer ao Sr. Presidente que ainda estou à espera de cinquenta e quatro mil euros de que o Senhor é o responsável e aqui nesta sala estão a ouvir a conversa duzentos e tal mil euros. Se estivessem tão preocupados com a minha vida pagavam-me.

Também lhe quero dizer que mandei fazer um estudo para um fundo imobiliário que estou a montar e o meu património foi avaliado em quatrocentos milhões de euros. Portanto já sabe que para me virar ao contrário já fica a saber o que tem de cair porque o estudo foi feito por uma entidade idónea reconhecida internacionalmente.

O Senhor faça aquilo para que foi eleito, e faça bem, e não se preocupe com a vida dos outros. Vá lá corrigir as águas no Hotel porque já bem basta o prejuízo e as bocas, e eu não quero estar aqui a falar, e faça aquilo que é a sua função, e o Sr. Presidente da Assembleia dê dignidade a esta Assembleia, dê a palavra aos eleitos, como é seu dever, e faça os esclarecimentos que lhe são pedidos.

O Sr. Presidente já hoje continuou aqui a falar na vida do Mário Alves mas a vida do Mário Alves era igual àquilo que está aqui hoje neste Ponto I. Quero perguntar como é que está num documento oficial quarenta e quatro por cento da BLC3 quando só tem trinta por cento? Que interesses é que há para cederem vinte e dois por cento, que ninguém explica? Pergunto se eu e o Concelho não temos o direito de saber isso?"

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

"Sr. Presidente da Assembleia, peço-lhe desde já desculpa e se entender que a intervenção não é própria eu de imediato me sentarei e terminarei de imediato a minha intervenção. Peço-lhe que a intervenção seja considerada num sentido *lato senso* muito grande do Ponto da Ordem de Trabalhos.

Eu não podia deixar, e há pouco não podia interromper a Assembleia pedindo a defesa da honra, porque acho que não se justificava, mas não podia deixar de dar uma palavra sobre aquilo que se passou há pouco e sobre uma determinada visão de um determinado Partido Socialista.

Continuo a achar que há dois Partidos Socialistas em Oliveira do Hospital. Um é liderado pelo Sr. Presidente da Câmara, e muito bem porque é maioritário, e o Sr. Raúl também esteve muito bem, mas, ainda há outro Partido Socialista. Hoje voltou-se a sentir que há outro. Não sei se será desta última comunhão de esforço entre o Partido Comunista e o Partido Socialista, que o Partido Socialista começa a ver as coisas localmente de outra forma e hoje o Sr. António Lopes alinhou pelo mesmo diapasão do líder do PS, há aqui uma comunhão de esforços, há aqui dois Partidos Socialistas. Isto não é um número político, há mesmo dois Partidos Socialistas.

O Estaline, na antiga União Soviética, costumava ter umas fotografias e a partir do momento que determinada pessoa que estava nas fotografias se transformava e era opositor político do regime comunista da Ex-União Soviética essa pessoa era sonogada, era retirada da fotografia, era apagada e eu senti-me apagado daquele fotografia que existiu na manifestação que se fez na defesa do IC6 quando existia um Governo que eu patrocinava, do PSD e do CDS, eu senti que estava a ser retirado daquela fotografia. O Senhor líder do PS retirou-me daquela fotografia! O Sr. António Lopes que não esteve nessa fotografia ainda agora veio aqui retirar-me dessa mesma fotografia!

Não! Ainda há pessoas do Partido Socialista, como o Sr. Raul, como o Sr. Presidente da Câmara, que sendo independente também está aqui com as cores

do Partido Socialista, que têm grande caráter, grande dignidade, grande verdade e voltaram a colocar-me na fotografia. Acho que, pelo menos, eu mereço estar nessa fotografia e ter essa consideração, não só do Partido Socialista local mas dos meus concidadãos porque num momento particularmente difícil para mim, tive a coragem de me opor ao meu Governo em defesa dos interesses de Oliveira do Hospital e não tenho com isso qualquer problema.

Eu não sou político, Sr. António Lopes! Todos os líderes distritais partidários existentes no nosso distrito, o do PS de facto é político e é Deputado, o do PSD também é político e é Deputado, são as suas funções, eu sou um pequeno e médio empresário da Beira Serra que defende sobretudo os interesses da sua região e coloca sempre os interesses da sua região à frente dos interesses do Partido. Já fui político profissional, já fui Chefe de Gabinete de uma liderança partidária, já fui Assistente Parlamentar no Parlamento Europeu, já tive esse percurso, mas hoje não sou político, sou empresário.

Há outra pergunta, e eu esperei a primeira intervenção do Sr. Presidente da Câmara, e agradeço ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a tolerância que me está a dar, mas não posso deixar de fazer esta pergunta porque é esta a pergunta que politicamente se impõe ao Concelho e é a única grande arma de arremesso que este Concelho tem na defesa dos seus interesses.

Sr. Presidente da Câmara, eu sou muito seu amigo, e o Senhor sabe que eu sou muito seu amigo, mas nós às vezes aos amigos também temos que colocar as perguntas difíceis, e esta é uma pergunta difícil, a pergunta é: O Senhor é candidato pelo Partido Socialista se o Partido Socialista não assumir o IC6 como uma prioridade política para o seu mandato, para o seu Governo, para a Beira Serra? O Senhor é, ou não é, candidato pelo Partido Socialista?

Digo-lhe mais, se tiver a coragem de dizer que não é mas que pondera ser candidato de outra forma, digo: Até eu ponderarei se uma candidatura com essa envergadura não mereceria o meu apoio. Isso, sim, é que é abandonar a partidarite e eu sou um líder distrital de um partido e tenho a coragem para aqui dizer isso. Isso os Senhores não têm mas eu tenho a coragem para dizer isso! Uma candidatura que defenda os interesses da minha terra estará sempre à frente de uma candidatura que defenda os interesses do meu partido.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, que fez a seguinte intervenção:

“Felizmente tenho esta dupla função de que muito me orgulho, Sou Diretor do Agrupamento de Escolas e ao mesmo tempo sou Deputado

Municipal e sou também Presidente da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Ervedal e Vila Franca da Beira. Tentei sempre discernir estas duas funções mas enquanto Deputado Municipal deixem-me dizer, inequivocamente e olhos nos olhos: Sou do Partido Socialista. Apoio incondicionalmente a equipa do Prof. José Carlos Alexandrino. Tenho um orgulho enorme enquanto Oliveirense porque finalmente Oliveira do Hospital está na moda e tem tido uma evolução considerável que os de outrora não se orgulham de o ter feito, nunca. O Concelho de Oliveira do Hospital precisa do José Carlos Alexandrino por mais quatro anos e nós, do Partido Socialista, não precisamos de ninguém para o ajudar a conquistar novamente a Câmara Municipal e a concluir o brilhante trabalho que tem feito nestes últimos oito anos. Sei reconhecer a solidariedade e a amizade, o que outros, muito recentemente, não souberam fazer. O Partido Socialista contará com todos aqueles que queiram apoiar o Sr. Presidente da Câmara, José Carlos Alexandrino mas também não precisamos que nos digam e que nos dêem orientações da forma como devemos gerir o processo Autárquico.

Enquanto Diretor do Agrupamento de Escolas quero dizer que para mim é um orgulho enorme ser Diretor de um Agrupamento com dois mil quatrocentos e quarente e um alunos e quero aqui enaltecer, também, o trabalho do Município nesta área. O Município tem feito um investimento considerável na área da Educação. Não tem sido fácil porque temos vindo a denotar um decréscimo significativo no número de alunos. Não é fácil gerir este universo de Escolas de Ex-Agrupamentos. Não é fácil gerir um universo de trezentos e vinte professores e cento e vinte funcionários mas esse trabalho tem sido minimizado com a grande dedicação de todos os professores, de todos os funcionários, deste Executivo, da Sra. Vereadora, no sentido de haver uma boa colaboração e espírito de entreaajuda.

Aproveito esta oportunidade para vos convidar a estar presentes na cerimónia que vamos realizar hoje, às vinte e uma horas e trinta minutos, com a atribuição de prémios de mérito escolar porque vai ser uma cerimónia muito agradável.

Quero congratular-me com o especial trabalho que tem vindo a ser feito pela Câmara Municipal nesta ajuda parceira. A Educação só tem sentido se todos nós participarmos em conjunto nesta construção da Ação Educativa em Oliveira do Hospital. Também uma palavra de agradecimento a todos os Presidentes de Junta que nos têm ajudado nesta construção.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dr. Luís Lagos, quero dizer-lhe que também retribuo a sua amizade e admiração mas também lhe quero dizer que eu estava convencido, porque havia aí uma notícia de um pasquim que dizia que o Partido Socialista tinha convidado o Paulo Campos para ser candidato a Oliveira e que eu já não era candidato do Partido Socialista e, agora, vejo aqui alguma preocupação e, afinal, parece que o Partido Socialista sempre me quer como candidato. É uma coisa gira porque eu estava convencido que não! Era dito na notícia que o Partido Socialista já estava farto do José Carlos Alexandrino e da sua equipa e queriam-no pôr a andar.

Quero dizer que quem escolherá o *timing* para dizer se sou candidato do Partido Socialista, ou não, serei eu. Também por uma questão de ética e lealdade e pela forma como me tem apoiado a mim e ao meu Executivo, não o Partido Socialista Nacional, mas o Partido Socialista de Oliveira do Hospital, como deve perceber, eles terão que ser os primeiros a saber. Por isso não me pode levar a mal que eu escolha comunicar em primeiro ao Partido Socialista.

Também quero dizer o seguinte, e quero que fique claro como a água: Se eu não for candidato pelo Partido Socialista também não serei candidato por nenhuma outra força partidária nem lista de independentes porque a minha carreira política acabará aqui. Por isso, nós estaremos cá e, com certeza, brevemente, teremos notícias sobre a minha candidatura.

Dizer também que fiquei contente porque vejo que o Partido Socialista tem interesse na minha candidatura e eu estava convencido que o Partido Socialista já nem me queria como candidato.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação da proposta da 3.^a alteração ao Mapa de Pessoal para o ano 2016, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta 3.^a alteração ao Mapa de Pessoal refere-se à criação de um lugar de Auxiliar dos Serviços Gerais e dois lugares de Assistente Administrativo. Estamos com capacidade para a criação destes lugares porque houve alguns

funcionários que se reformaram e estamos a reformular os serviços para dar alguma estabilidade à organização.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Eu peço-lhe desculpa, Sr. Presidente da Assembleia, por desrespeitar as regras, mas se as regras são definidas são para todos. Se o tempo é definido é para todos. Se há um determinado Ponto que está em discussão é sobre esse Ponto que temos que falar e, ainda agora, no Ponto anterior não foi isso que se passou. Eu fui visado pelo Dr. Luís Lagos e quis defender a honra e o Senhor não me permitiu. Portanto, vai-me desculpar, e os Deputados vão-me desculpar mas eu vou defender agora a minha honra neste Ponto.

Quero somente dizer o seguinte, que era o que queria dizer há pouco e iria dizê-lo num minuto: Lamento muito que o Dr. Luís Lagos, enquanto responsável político do CDS-PP, e o PSD também, tenha sofrido das dores do ataque que eu fiz ao seu Governo porque aquilo que eu disse é a pura realidade e apura verdade. Mas eles doeram-se, não gostaram da verdade que ouviram. Efetivamente a verdade que eu disse é aquela que é facilmente constatada. Foi o Governo anterior que elaborou o Plano de Investimentos Rodoviários com diversos investimentos no País, que mandou para Bruxelas, e excluiu o IC6 desse Plano de Investimentos. Foi isso que eu disse!

Agora, se estes Senhores se doeram e não gostaram de ouvir esta verdade, paciência! Eu não ataquei pessoalmente o Dr. Luís Lagos nem ninguém do PSD! Eu ataquei o Governo por aquilo que fez e que prejudicou grandemente Oliveira do Hospital. Era somente isto que eu queria esclarecer!”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação da proposta da 3.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano 2016, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação da proposta dos Contratos Interadministrativos visando o fornecimento de refeições escolares

aos alunos do Pré-Escolar e do 1º CEB, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Desde o início deste mandato, entendemos, que a forma de mantermos a qualidade das refeições, para os nossos alunos do Pré-Escolar e do 1º Ciclo, teria que passar pela execução destes Contratos Interadministrativos entre a Autarquia e as Juntas de Freguesia para que as Juntas de Freguesia pudessem ser a entidade contratante junto das IPSS. Isto para evitar o concurso a nível internacional.

Aproveito para dizer que o bolo financeiro envolvido nas refeições é, apenas e só, de trezentos e sessenta e três mil, duzentos e vinte e um euros e dezanove cêntimos. Este é o valor que está previsto para investimento na Educação no que diz respeito aos serviços de almoço para o Pré-Escolar e 1º Ciclo. São cerca de cento e oitenta e três mil, cento e quarenta e seis refeições que são fornecidas ao longo deste ano letivo.

Face ao valor financeiro teríamos que ir para um concurso. Concurso, esse, que certamente uma outra empresa qualquer viria fazer a aposta no nosso Concelho e, como nós sabemos, estas empresas nunca teriam capacidade de garantir a qualidade que hoje temos. Daí fazermos esta engenharia financeira que é completamente legal e que permite trazer aqui estes Contratos Interadministrativos.

Na Sessão da Assembleia Municipal do ano assado vieram quase todos os Contratos Interadministrativo com as Juntas de Freguesia porque houve alteração do IVA, ou seja, nós pagámos o IVA das refeições a 23%. Agora foi alterado novamente o IVA para 13% e houve um ajuste de valores feito com as entidades.

Tivemos reuniões preparatórias com as IPSS para garantir o fornecimento das refeições e também houve negociação e ajuste do preço e faltavam estas duas Juntas de Freguesia fazerem essa alteração.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dar aqui uma nota relativa ao projecto das férias dos jovens promovido pelo Departamento da Educação e pela União das Freguesias de

Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços porque é um bom trabalho na ocupação dos nossos jovens.

Também quero dizer, ao Eng.º Carlos Artur e ao Dr. Luís Lagos, o seguinte: O Eng.º Carlos Artur tem razão quando diz que o IC6 nunca constou das Infraestruturas de Valor Acrescentado e nunca constou do Plano de Investimentos Rodoviários, como vocês sabem. Este Governo manteve aquelas obras e eu estou farto de dizer que é preciso fazer-lhe uma adenda.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“O Sócrates para aprovar o Governo não aceitou não fazer o IC6? Não sei porque é que vocês se esquecem tão depressa da história e pintam-na como calha! Isto está tudo discutido, já se sabe que ninguém a faz, só a fazem na oposição. Vamos lá deixar isso!

Sobre este assunto, apreciei a intervenção da Sra. Vereadora, Graça Silva, como sabem é uma pessoa que eu estimo bastante, respeito e admiro. Chamava-se no meu tempo “a mourinha cá do Executivo” e parece que continua a ser, e ainda bem!

Aqui há tempos, porque sempre tentei fazer bem o meu trabalho, andei a fazer esta investigação dos contratos e de repente deparei-me com esta história dos almoços. A Dra. Graça, agora, disse que é para não ir para os concursos internacionais. Depois deparei-me com uma coisa, porque é que este Executivo está muito popular. Como não podia deixar de ser as obras são feitas com custo direto, e vai-se fazendo uma gestãozinha. Depois vim a concluir que isto dos almoços, em cada Freguesia, são servidos por uma pessoa local ou próxima e está tudo bem!

Eu, pessoalmente, a ver se a gente se entende, até acho que sim. Está ali em cima da hora, tem todas as condições, à partida, para até haver mais qualidade, não tem tempo para arrefecer, não anda aos tombos nos carros.

Agora, isto é o Município, obedece a regras legais, concursos. Resta saber se esta é a solução em termos de preço e qualidade que melhor serve os diversos interesses? É possível que sim. Não digo que não! Mas é uma daquelas coisas que me assalta a dúvida, e é uma daquelas coisas que eu também pergunto: Esta Assembleia anda mais ou menos descuidada porque este contrato, que hoje aqui vem, nem sequer é um contrato, é uma adenda. Nós, de facto, já aprovámos isto aqui, em dois mil e treze ou catorze. Eu, na altura, e que fique claro, que como questão de princípio até me parece que é

capaz de ser funcional, que é capaz de ser a melhor solução. Agora, em termo legais, e aí estou naquela que eu digo, no acompanhamento e fiscalização da Câmara, eu só muito depois disto, se calhar porque os documentos nos chegam às horas que chegam, e hoje mais uma vez fomos aqui confrontados com a introdução de Pontos em cima da hora. Como são coisas mais ou menos chapa e vão ser mais ou menos iguais porque se fosse um assunto mais sério fazia como é costume, aos Pontos novos, que ficaram para o fim, eu levanto-me no fim da Ordem de Trabalhos, porque me parece que isto não é uma forma séria e idónea de tratar das coisas.

Esta história do IMI. O IMI é uma coisa que é assim todos os anos. Há alguma explicação, numa empresa minimamente organizada, como tem a obrigação se ser uma Câmara Municipal, de uma situação destas aparecer aqui na última da hora?

Quero dizer que já sei que vai ser aproveitado para dizerem que o António Lopes está contra. Não estou contra nada. Sou capaz de pensar que é uma boa solução. É melhor comer o arrozinho malandrinho na hora porque uma hora depois já é cimento mas isto obedece a regras legais.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“O que venho dizer aqui já o disse no ano passado. Estes contratos são muito importantes não só financeiramente, porque este dinheiro vai contribuir para as Instituições das nossas Freguesias e que criam postos de trabalho e ajuda a fixar as pessoas, mas também pela qualidade. Ninguém tenha dúvidas, e podem ir assistir à feitura das refeições, que estas refeições não têm nada a ver com as refeições que vêm das tais empresas a nível nacional.

Eu vou votar a favor porque estes contratos são muito importantes. Criam riqueza nas nossas Freguesias, criam postos de trabalho e é muito melhor para as nossas crianças. Estas Instituições vão servir as refeições, ajudam a dar as refeições às crianças, tomam conta das crianças e estão sempre atentas para ver se a criança come ou se não come enquanto nas grandes empresas todos sabemos que não é assim.

Também dizer que a Junta de Freguesia em conjunto com a IPSS, Vale do Cobral, há mais de dezasseis anos que organizamos no mês de julho as Férias Ativas. As Férias Ativas são um projecto bastante completo e com muito sucesso.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Apenas dar testemunho do que são as refeições escolares no Concelho onde eu trabalho, Mafra, e no Agrupamento que tem seiscentos alunos só nas Escolas do 1º Ciclo. Quero dizer-vos qual é a minha posição e porque é que vou votar a favor.

Em Mafra são empresas que vêm fornecer as refeições. Sei como é que são fornecidas as refeições, sei como acontece. Por vezes chegam as refeições com três dias de antecedência e ficam no fim de semana em frigorífico e depois têm que ser reaquedadas inclusive a sopa.

Se fosse uma empresa deste tipo obrigaria a grandes investimentos nas escolas e obrigaria a eliminar o sistema tradicional e a despedir pessoal porque estas refeições chegam e são metidas nos fornos e depois são servidas. Não estou a dizer que tenham problemas a nível de saúde mas de facto este modelo de Oliveira do Hospital é um modelo que trás maior qualidade, segurança alimentar, desenvolve a economia local e o consumo de produtos endógenos, cria postos de trabalho e acho que é uma mais-valia. Em termos de legalidade penso que não há nada que obste a que tal aconteça.

De facto esta é a melhor qualidade. Tenho assistido à distribuição de refeições em Travanca de Lagos onde as refeições são fornecidas pelo Centro Social da Bobadela. Devido à proximidade dos intervenientes, facilmente podemos dizer que determinada ementa ou refeição não é muito boa e que os alunos não aderem a determinada refeição e poderá haver ajustes, o que não é possível fazer com as empresas que até podem ser internacionais.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui para que ficasse bem esclarecida uma situação: Depois de ouvir a intervenção do Dr. António Soares sobre a qualidade e sobre a maneira de como as refeições são servidas não há qualquer dúvida.

Ouvindo a intervenção do Sr. António Lopes, e o que irá ficar escrito na ata é aquilo que ele efetivamente disse, eu queria que ficasse bem esclarecido se as refeições são fornecidas por instituições ou se é por uns amigos particulares porque foi aquilo que ele aqui disse. É bom que este assunto fique esclarecido.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Há quem tenha o conceito de que tudo o que faz esta Câmara é irregular, fazem queixas na Polícia Judiciária, nos Tribunais, e depois quando nos defendemos dizem que não é legítimo porque se compram as testemunhas. Há assim uns conceitos! Mas eu quero dizer o seguinte: O Município não pode trazer a esta Assembleia nenhum assunto que não seja legal para os Srs. Deputados votarem.

Estes Contratos Interadministrativos são uma opção clara, da Câmara Municipal, para defender a economia local e para defender a nossa opção política.

São nossos parceiros nas refeições Escolares a Santa Casa da Misericórdia de Galizes, a Casa da Obra Dona Josefina da Fonseca, a Fundação Aurélio Amaro Dinis, todas as IPSS prestam estes serviços.

Há aqui um trabalho muito bem feito e também é preciso referir que estamos a defender postos de trabalho, como disse o Sr. Aníbal Correia, porque todas estas refeições no final do mês dão um volume financeiro bastante elevado e é uma ajuda para se manterem determinados postos de trabalho.

Não tenho dúvidas nenhuma que estas refeições têm muita qualidade porque quando as refeições são servidas por grandes empresas privadas que só visam o lucro, e nisso não há mal nenhum, a qualidade tem muito que se lhe diga e é preciso uma grande fiscalização e pressão para que as coisas corram bem.

Dra. Ana Paula Silva, eu queria fazer-lhe uma saudação: Há pouco não estava aqui quando eu fiz uma intervenção sobre o êxito do vosso projeto para as férias dos jovens e sobre a vossa dedicação, sobretudo da Dra. Ana Paula que era a coordenadora e também do Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços. Sei que sacrificaram dias das vossas férias para poderem acompanhar os jovens.

A Câmara Municipal e o PDIAS também organizaram programas de férias para os jovens do Concelho.

Foi feito um bom trabalho e por isso quero elogiar a forma como as atividades decorreriam e a dignidade que todos colocaram neste trabalho fantástico que fizeram.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação da proposta dos Contratos Interadministrativos visando o

fornecimento de refeições escolares aos alunos do Pré-Escolar e do 1º CEB, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte declaração de voto:

“O Sr. Deputado Dr. Francisco Garcia disse bem, isto para responder à sua questão de há pouco: Sei o que é arregimentar e sei o que é arrolar. No caso foi arregimentar.

A minha declaração de voto, e eu tenho esta infelicidade porque ultimamente as pessoas ouvem sempre aquilo que eu não digo. Eu não disse aqui que era amigos ou que deixava de ser amigos mas posso pôr a questão: A Fundação Aurélio Amaro Dinis, por exemplo, se fornecesse as refeições todas não conseguia fornecê-las por menor custo? Eu não estou a dizer que não sejam as IPSS, e até tive o cuidado de dizer que sendo nas freguesias até se pode comer o arroz malandrinho, mas as pessoas só ouvem o que eu não digo!

O dinheiro público, porque eu farto-me aqui de pagar nas finanças execuções, é para ser respeitado não é para entrar nos bolsos das pessoas de qualquer maneira. Uma coisa é o que gostamos de fazer outra coisa é aquilo que é possível. Quando se está a gerir o dinheiro público, é para gerir segundo as regras que estão estabelecidas, não é segundo aquilo que achamos que é melhor ou que é pior!

Eu sei muito bem que as refeições são fornecidas por IPSS. O Sr. Aníbal vem aqui falar nos postos de trabalho mas, eu, mesmo mal, vou gerindo a minha empresa e sei quanto é que essas coisas custam. Eu falo Português mas não me entendem porque não querem entender! Está claro que a questão social que o Sr. Aníbal aqui falou, se calhar, também é de ter em conta.

Isto para dizer que me abstive, porque me abstenho sempre pela questão que os Senhores conhecem, e à espera de chamar a atenção da Câmara que não ando à procura das bruxas. Procuo a legalidade que é para isso que eu e os que estão sentados deste lado aqui estamos. É para acompanhar e fiscalizar a Câmara, por muito que isto lhe custe. É essa a nossa função. E se a maioria dos que aqui estão se demitiu da função é um problema deles porque eu não me demito da minha. Enquanto cá estiver vou tentar fazer o melhor que souber. Gastei mil e quarenta euros para vir de Cabo Verde diretamente para aqui, como repararam não trouxe a pasta do costume onde tinha alguns documentos para deixar ali porque vim diretamente, porque respeito o mandato que tenho e

sei qual é a função que tenho. Portanto, os Senhores façam a interpretação que quiserem que eu faça a minha, que é a da Lei.”

De seguida foram discutidos em conjunto os seguintes Pontos da Ordem do Dia:

Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um subsídio à Freguesia de Alvôco das Várzeas como apoio à conclusão da obra de reabilitação da Travessa da Alagoa, no montante de 15.820,47 € (quinze mil, oitocentos e vinte euros e quarenta e sete cêntimos).

Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um subsídio à Freguesia de Meruge, para fazer face a despesas extraordinárias tidas por aquela autarquia no âmbito da execução de Transportes Escolares – Circuitos Especiais n.ºs 7 e 7ª – Ano Letivo 2015/2016, face ao aumento do número de alunos, por transferência, que se registou no início do ano letivo em questão, no montante de 6.542,77 € (seis mil, quinhentos e quarenta e dois euros e setenta e sete cêntimos).

Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, destinado a participar a realização de trabalhos a mais no âmbito da empreitada de “Arranjo Paisagístico de Jardim em Vila Franca da Beira”, no montante de 11.511,92 € (onze mil, quinhentos e onze euros e noventa e dois cêntimos).

Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, destinado a participar as obras de ampliação e requalificação do Parque Infantil do Jardim de Infância de Santa Ovaia bem como as obras de requalificação da Escola Primária em Santa Ovaia, no montante de 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros).

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Há pouco não respondi à questão do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião relativamente ao problema do abastecimento de água ao Alentejo, Parceiro e Covão e, por isso, quero dizer-lhe o seguinte: Sr. Presidente neste

momento estamos a fazer o projeto e vamos fazer a obra consigo, vamos concretizar aquele sonho. Mesmo que alguns não queiram obras nós vamos fazer essa obra e, por isso, fique descansado que iremos fazer a obra o mais depressa possível. Neste momento estamos a trabalhar no projeto e, independentemente da obra ser financiada, ou não, aquela obra vai fazer-se porque é um compromisso seu e meu com as populações. O Senhor acreditou em mim e por isso essa obra terá que se concretizar independentemente de ter cofinanciamento ou não.

Relativamente à atribuição destes subsídios quero dizer o seguinte: Algumas obras, eu daria dois exemplos de duas Freguesias aqui presentes: Uma é a de Santa Ovaia que tem um conjunto de obras, e que não teve nenhuma obra assinalada no conjunto de obras que vão ser financiadas com o empréstimo dos dois milhões. É verdade que o Sr. Presidente da Junta está a fazer um conjunto de investimentos numa escola, que é da responsabilidade dele porque a escola está no seu nome, mas terá uma comparticipação que hoje vem aqui. E, por isso, é uma comparticipação e veremos mais à frente se não terá mais.

Há outros exemplos como na Freguesia de Seixo da Beira em que a Câmara assumiu o pagamento de um pavilhão para a realização da festa do Pão dos Bolos e das Bolas mas o dono da obra vai ser a Junta de Freguesia. Também como as Capelas Mortuárias onde a Câmara Municipal comparticipa com 50% mas dá o subsídio à Junta de Freguesia. Por exemplo: Nas Seixas vai haver uma Capela Mortuária e outra na Sobreda. Também haverá uma em Vila Pouca e uma na Chamusca. São ainda projetos que teremos que concretizar até ao final do mandato.

Todos estes subsídios que vêm aqui, tirando o caso de Meruge, e há aqui um subsídio que não está cá que é por causa da Feira do Porco e do Enchido, estas obras têm que ser vistas não num quadro da Câmara Municipal.

Quero que isto fique claro porque há outras localidades que têm neste momento obras lançadas e há outras negociações com os Senhores Presidente de Junta.

Quero já dizer aqui que brevemente, penso que para a próxima semana, chamarei os Srs. Presidentes de Junta, porque começaremos a trabalhar o orçamento para o termos pronto até outubro de dois mil e dezasseis, e começaremos a fazer uma primeira negociação para fazermos uma avaliação do subsídio de dez mil euros suplementares que este ano tiveram as Juntas.

Há aqui algumas disparidades e eu não gosto que haja Juntas de primeira e Juntas de segunda. Precisamos de fazer uma reunião com os Srs. Presidentes

de Junta, onde se discuta este problema dos dez mil euros, e ver como é que eles foram aplicados e também para ver se vale a pena continuarmos com ele ou se não vale. Devemos nivelar, fazendo com que todos fiquem iguais e nas mesmas condições, com um ou outro caso de excecionalidade.

Há aqui uma obra em Vila Franca da Beira que foi a Câmara Municipal que pagou. Derivado a algumas condições do próprio projeto houve alguns trabalhos a mais e houve alguns trabalhos a menos e esta é a diferença entre os trabalhos da obra na União de Freguesia do Ervedal e Vila Franca da Beira. Também temos um caso de reajustamento de uma verba à Junta de Freguesia de Meruge.

Este subsídio para Alvôco das Várzeas é para uma obra que não se previa mas que tem a ver com uma obra de apoio à Unidade de Cuidados Continuados.

Tive muitos problemas para levar estes subsídios, por uma razão simples, porque estamos no final e nós tivemos um orçamento pouco elástico e tivemos muitos problemas para conseguirmos fazer cabimentações destes subsídios.

Temos que fazer tudo legal. Enquanto eu aqui estiver não haverá ilegalidades na Câmara Municipal.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Sobre estes Pontos as minhas posições também já são conhecidas. Eu abstenho-me porque tenho que me abster, dentro daquele princípio de que considero a Assembleia ilegal e, como tal, um dia poderemos vir a ser chamados a assumir essa responsabilidade. Não me oponho a que se juntem os Pontos e, por isso, fica também já a declaração de voto que me abstenho, precisamente e simplesmente, por causa desse motivo.

De qualquer forma, o dinheiro para as Juntas, nunca acho muito. Continuo a pensar que foi das coisas boas que se fez neste Executivo. Fico particularmente satisfeito que tenha sido honrado um compromisso, que por acaso fui eu que o assumi num determinado contexto, que não tem aqui interesse, com o Sr. Presidente da Junta do Seixo. Fico satisfeito que seja resolvido o problema de Vila Franca da Beira, que também foi um compromisso eleitoral que eu também disse lá que fazia questão que fosse feito. Foi com muito atraso, mas foi.

Eu só queria dizer ao Sr. Presidente, uma vez que ele já entrou na linha do Mário Alves, não responde, uma pessoa transparente, mas gostava de saber,

só para me esclarecer, porque eu nunca me apercebi que algum Deputado ou Presidente de Junta aqui tenha dito que era contra as obras! Não sei se serei eu?

O que tenho dito é, o que se gasta em festas e bola podia dar para muito mais obras nas Freguesias. Eu gostava de ficar esclarecido se sou eu que alguma vez me manifestei contra obras? Não faço os elogios porque a Câmara está cá para fazer obras não é para fazer festas. Nem para fazer festas do queijo. Soube mais uma notícia que ..., enfim, está tudo bem! Não vou prejudicar o Município porque, apesar de tudo, eu não posso ter um discurso e depois ter uma prática diferente mas ando farto de dizer ao Sr. Presidente, e o Sr. Eng.º António Campos também lhe disse muitas vezes, que a política da feira do queijo tem que ser outra, e não fui só eu que lho disse. A aposta tem que ser diferente. Tem que ser na qualidade e não tem que ser em andar a pagar os tais hotéis, que eu nunca disse que eram de luxo, só disse que eram hotéis, e almoços para trazer aí os grandes ajuntamentos, ele delira quando vê muita gente, normalmente as pessoas até fazem um discurso e, depois, perante as pessoas, fazem outro.

Hoje até encontrei um documento, que enviei ao Sr. Presidente, com umas reflexões de dois mil e treze, não sei se o Sr. Presidente teve tempo de as ler, e eu não venho dizer aqui nada de novo porque o que digo já o dizia naquela altura e por isso é que as coisas chegaram onde chegaram.

O Senhor persiste nesta política e, pelos vistos, está toda a gente entusiasmada que o Senhor continue candidato e com essas políticas. Siga! Eu tenho pena pelo Concelho mas contra a vontade do povo nada se pode fazer! Se for essa a opção do povo, pois claro, há que respeitá-la. É a lei da democracia e do respeito pelas maiorias. Eu tenho feito os possíveis para que as pessoas vejam que há outras soluções e que há outros caminhos porque, efetivamente, há todas as condições para se fazerem as festas.

Também queria dizer que o Natal já vem substituir o solstício de inverno há milhares de anos e isto de fazer festas já é antigo. Só que antigamente o povo fazia festas para arranjar dinheiro para resolver problemas da igreja e da Freguesia. Agora fazem festas se a Câmara pagar as costeletas, o vinho, e por aí fora. Depois andamos a pagar imposto para essas festas e a arranjar uns votos. Naturalmente que eu não concordo com isso porque as águas devem ser separadas.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui dizer que votarei favoravelmente nestes Pontos porque se referem à atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia e porque as Juntas de Freguesia representam os seus habitantes.

Relativamente ao subsídio de Alvôco das Várzeas, que é a minha terra, tenho que dizer que este subsídio é merecido e dizer também que em vez de ser quinze mil euros deviam ser cento e cinquenta mil euros porque havia onde os gastar.

Esta obra vai melhorar a rua que vai para o povo e os acessos ao CERCAV- Centro de Recreio e Convívio de Alvôco das Várzeas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Vou votar favoravelmente. Não me oponho à atribuição destas verbas porque o dinheiro para as Freguesias é sempre pouco e o que vem é sempre bem-vindo.

No caso da Freguesia de Meruge esta verba destina-se a despesas extraordinárias com os transportes escolares que foram efetuados durante o ano letivo devido ao aumento do número de alunos por transferência.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a estes Pontos dos subsídios para as Juntas de Freguesia obviamente que vou votar a favor e não me oponho rigorosamente em nada, visto que está mais do que justificado a atribuição destes subsídios.

No que toca, em particular, a este Ponto VI, relativo à atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, destinado a compartilhar a realização de trabalhos a mais no âmbito da empreitada de “Arranjo Paisagístico de Jardim em Vila Franca da Beira”, no montante de onze mil, quinhentos e onze euros e noventa e dois cêntimos, obviamente que não há projetos que prevejam tudo e por vezes no decorrer da obra é necessário fazer algumas alterações. Essa é a razão para a atribuição deste subsídio.

Dizer, também, que o Jardim em Vila Franca da Beira está um espaço digno e foi um investimento muito bem empregue. Aquela zona era um espaço degradado, com casas em ruínas e, hoje, toda aquela zona foi requalificada e é um espaço diferente em Vila Franca da Beira. Posteriormente a Junta de Freguesia já gastou cerca de vinte e seis mil euros no arranjo das ruas

circundantes. Acho que é uma zona de Vila Franca que ficou dignificada e no meu entender foi dinheiro muito bem empregue.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Quando aqui foi votado o empréstimo de dois milhões de euros disse, na altura, se bem se lembram, que não estava a votar num cheque em branco. Disse, também, que estaria atento e que também esperava usufruir, na minha Freguesia, de alguns investimentos.

Penso que aqui também está em causa alguma igualdade entre as diferentes Freguesias mas deixei-me dizer, e que fique claro, que fico satisfeito quando há uma requalificação ou quando é atribuído algo a uma Freguesia diferente da minha porque é algo que vai para o meu Concelho.

Irei votar favoravelmente.

O Sr. Deputado José Ferreira na sua intervenção disse: “*É merecido para o povo de Alvôco*”.

Eu acho que é merecido para todas as localidades e quando for para a minha também é merecido.

Irei votar favoravelmente porque acho que tudo o que vem para melhorar qualquer uma das Freguesias é melhorar o meu Concelho, embora também goste que no futuro me chegue alguma coisa.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“É importante perceber-se que há três Freguesias que são beneficiadas com as verbas do PEDU e do Pacto nomeadamente as seguintes Freguesias: Oliveira do Hospital; Bobadela; Lourosa. Oliveira do Hospital devido ao PEDU e Bobadela e Lourosa porque têm Monumentos Nacionais.

Achamos por bem que os dois milhões de euros fossem distribuídos pelas outras Freguesias para que não haja um Concelho a duas velocidades.

Era importante que houvesse investimento nas diversas Freguesias, e não só na cidade de Oliveira do Hospital, para que houvesse equilíbrio e coesão territorial no Concelho.

Há algumas Freguesias que não estão contempladas com obras financiadas com o empréstimo dos dois milhões de euros mas é preciso termos consciência que também precisam de obras.

Há obras que estamos disponíveis para fazer e há um conjunto de investimentos e obras de saneamento que serão financiados pelo POSER - Programa de Promoção das Oportunidades Socioeconómicas Rurais, que na minha opinião são obras fundamentais para a conservação do ambiente e que sabemos que não são obras visíveis mas que são necessárias. Há, ainda, um grande trabalho a fazer, nesta área do saneamento, em algumas Freguesias.

Temos que distribuir de forma equitativa as obras e não podemos ter uma a Cidade de Oliveira do Hospital com tudo, e quando acabar esta revolução Oliveira do Hospital não será igual. A obra da Av. Carlos Campos já está adjudicada e neste momento já temos adjudicadas obras no valor de três milhões de euros.

Defendo que devemos fazer obras na Cidade de Oliveira do Hospital mas isso não nos deve tirar forças para fazermos os investimentos nas nossas aldeias. Eu quero um Concelho coeso em todo o seu território.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um subsídio à Freguesia de Alvôco das Várzeas, como apoio à conclusão da obra de reabilitação da Travessa da Alagoa, no montante de 15.820,47 € (quinze mil, oitocentos e vinte euros e quarenta e sete cêntimos), que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um subsídio à Freguesia de Meruge, para fazer face a despesas extraordinárias tidas por aquela autarquia no âmbito da execução de Transportes Escolares – Circuitos Especiais n.ºs 7 e 7ª – Ano Letivo 2015/2016, face ao aumento do número de alunos, por transferência, que se registou no início do ano letivo em questão, no montante de 6.542,77 € (seis mil, quinhentos e quarenta e dois euros e setenta e sete cêntimos), que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, destinado a compartilhar a

realização de trabalhos a mais no âmbito da empreitada de “Arranjo Paisagístico de Jardim em Vila Franca da Beira”, no montante de 11.511,92 € (onze mil, quinhentos e onze euros e noventa e dois cêntimos), que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, destinado a compartilhar as obras de ampliação e requalificação do Parque Infantil do Jardim de Infância de Santa Ovaia bem como as obras de requalificação da Escola Primária em Santa Ovaia, no montante de 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros), que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da Câmara Municipal para atribuição das Medalhas de Ouro e Medalhas de Mérito Municipal.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre a atribuição das Medalhas de Ouro e Mérito Municipal gostaria de dizer o seguinte: A atribuição das medalhas, na minha perspetiva, não são para ricos nem para pobres, não são para cores partidárias, são para pessoas que se distinguiram no Concelho. O conceito de distinção é muito subjetivo. Geralmente são atribuídas estas medalhas a pessoas que têm mais poder económico e também pela visibilidade que alcançaram.

A proposta para atribuição das Medalhas de Ouro e Medalhas de Mérito Municipal foi apresentada a todos os partidos políticos, com quem reuni, e foi aceite por unanimidade.

Todas estas pessoas que estão nesta proposta, na minha opinião, merecem as medalhas por aquilo que foram na nossa sociedade.

Infelizmente são proposta duas medalhas a título póstumo e gostava que elas tivessem sido atribuídas com as pessoas vivas.

Na minha opinião também há uma medalha que deveria ter sido proposta há mais tempo e refiro-me à proposta de medalha ao nosso jogador Carlos Martins. Esta proposta de medalha peca por tardia porque deveria ter sido

atribuída quando ele era jogador da Seleção Nacional. O Carlos Martins é o primeiro Oliveirense que chega á nossa Seleção Nacional de Futebol.

Há uma medalha que foi proposta ao Maestro da Filarmónica de Avô, Sr. Mário Luís da Costa, e era para ser atribuída na cerimónia dos cento e cinquenta anos da Filarmónica de Avô, no dia quinze de agosto, mas depois decidiu-se que esta medalha seria atribuída durante a cerimónia do Feriado Municipal e no mesmo dia que são atribuídos todos os outros Títulos Honoríficos do Concelho.

O Prof. Joaquim Carvalheira de Almeida foi um Autarca do nosso Concelho, eu recordo-o com muita emoção porque foi meu professor no ensino primário e teve muita influência na minha vida.

O Sr. António Manuel Cardoso da Fonseca, na minha opinião, foi um homem que abraçou grandes desafios e que construiu o primeiro Centro Comercial e o prédio com o primeiro elevador em Oliveira do Hospital, uma obra que na altura foi polémica e ele não teve medo dessa polémica. Tenho uma grande admiração e amizade por ele, e esta medalha é mais do que justa.

A empresa Amadeu Gonçalves Cura & Filhos, Lda foi proposta pelo Sr. Raúl. Foi um gesto bonito vindo de uma pessoa de quadrantes políticos diferentes.

O Sr. António Andrade Fontes que é um homem muito polémico na sua comunidade e é um homem que foi capaz de fazer avançar o Concelho. As medalhas não são só para aqueles que são bem comportados são para aqueles que são capazes de criar determinadas polémicas.

A proposta da Medalha de Ouro à Sra. Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro foi pacífica porque todos lhe reconhecem as grandes qualidades.

Poderíamos atribuir muito mais medalhas a um conjunto de cidadãos que se destacaram no nosso Concelho mas não é possível porque não podemos ter um número excessivo de medalhas.

No dia sete de outubro estará em Oliveira do Hospital o Sr. Ministro-Adjunto, Eduardo Cabrita, que presidirá a nossa cerimónia de Comemoração do Feriado Municipal.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Como este é um assunto mais ou menos pacífico pedia alguma condescendência quanto ao tempo porque efectivamente há aqui algumas

coisas que têm de ser ditas: Fica mal falar de nós mas, eu sou, por ventura, o mais condecorado desta Mesa e, se calhar, deste Concelho.

Para quem não souber eu sou o único cidadão civil que tem a Fénix de Honra e o Crachá dos Bombeiros. Sou Comendador da Ordem de Tiradentes, que é o primeiro mártir do Brasil. Sou cidadão honorário da Cidade do Rio de Janeiro. Sou cidadão honorário de Campo de Goytacazes. Tenho outras honrarias e condecorações de várias Associações de Bombeiros, a quem já ofereci treze viaturas, e de várias Juntas de Freguesia, Associações, Filarmónicas e inclusive algumas cá do Concelho. Também tenho o meu nome numa rua de Vila Franca da Beira e, vejam lá, até tenho uma caneta que me foi oferecida por este Município numa homenagem porque na altura me considerou um cidadão com um coração do tamanho de vinte e uma Freguesias e que merecia uma estátua. Eu pedi, na altura: Não me faça isso porque eu não quero que os pombos fiquem aqui a defecar na minha cabeça, e a apanhar gelo no inverno e calor no verão, poupe-me lá dessa coisa. Hoje sou o vilão que vocês conhecem.

Esta introdução é para dizer que estas homenagens é um assunto muito sério. As homenagens têm que ser para situações excepcionais.

Estou de acordo, pela primeira vez, com o Sr. Presidente porque normalmente aqui, e na política, noventa por cento das medalhas são atribuídas por conveniência política e algumas pedidas, etc...etc...

Por isso, a atribuição de medalhas a pessoas vivas devem ser muito ponderadas. Eu disse, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca, por duas vezes, que discordava, e que continuo a discordar, que se dê determinadas homenagens a pessoas vivas. Porquê? Porque um cidadão exemplar, com o coração do tamanho das vinte e uma Freguesias, de repente virou este vilão que vocês conhecem! Ora, fica mal andar a homenagear pessoas assim! Não vos parece? Eu, que estou aqui na vossa frente, sou o exemplo, e gosto de ser coerente e por isso estou a fazer este alerta. Não é para que não votem até porque isto é voto secreto e não implica dinheiro, eu até vou votar favoravelmente todos os nomes.

O Sr. Prof. Carvalheira também foi quem me fez o exame da quarta classe. Eu estimei-o sempre muito e ele também sempre me estimou.

O Sr. Neca Areias, foi uma surpresa para mim porque tinha estado há poucos dias com ele e parecia que vendia saúde e ele próprio me disse que estava bem e depois foi o que aconteceu.

O Sr. Fontes está também hoje numa situação debilitada e é uma pessoa que eu também muito estimo.

A Eng.^a Dulce Pássaro parece que não merece nenhuma contestação. De facto não temos muitos cidadãos que tenham chegado a Ministros.

Também não temos muita gente, só temos um, que chegou à Seleção Nacional.

Nas Medalhas de Ouro parece-me que não têm nenhum reparo a fazer

Nas Medalhas de Mérito acho que é demais atribuímos todos os anos cinco ou seis medalhas porque qualquer dia todos temos medalhas.

Sermos uns cidadãos exemplares e portarmo-nos do melhor que pudermos a favor do nosso Concelho, isso não é um favor é um dever.

Como disse Kennedy: *“Não me perguntem o que é que a América pode fazer por vós, digam-me antes o que podem fazer pela América”*.

Com este trabalho, muito chato, que ando aqui a fazer, acho que estou a prestar um grande serviço ao Concelho. Faço-o com a melhor das convicções e com a melhor pureza e honestidade. Também é com essa pureza e honestidade que estou a dizer isto.

A minha crítica não é às pessoas a quem são atribuídas as medalhas mas, na minha opinião, tem que haver outra parcimónia neste tipo de homenagens porque cidadãos com a mesma dedicação, com o mesmo merecimento, com o mesmo respeito, penso que teremos, pelo menos, sessenta ou setenta por cento dos cidadãos do Concelho. Naturalmente que não se vão poder homenagear sessenta ou setenta por cento dos cidadãos do Concelho. Naturalmente que os outros cidadãos vão sentir alguma discriminação.

Que fique claro, não tenho nada contra as pessoas que estão propostas. Acho, sem qualquer dúvida, que elas merecem mas tem que se ter em conta que estas condecorações e reconhecimentos devem ser, de facto, questões excepcionais.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Esta minha intervenção não é na qualidade de Presidente de Junta mas sim na qualidade de Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista: O Partido foi ouvido, tal como os outros partidos foram ouvidos, nesta questão da atribuição das medalhas. Esta questão dos nomes é sempre discutível, como é natural, e pode haver opiniões diferentes. De qualquer forma

quero dizer que o Partido Socialista entende, e eu entendo, e desde já dou os parabéns à Câmara Municipal por ter apresentado estes nomes e esta empresa. Como foi dito, aqui, penso que é de toda a justiça galardoarmos e prestar esta homenagem a Oliveirenses que se destacam particularmente a nível nacional, nomeadamente a Eng.^a Dulce Pássaro e o Carlos Martins, obviamente que um numa área e outro em outra. No desenvolver dos Curriculum é facilmente perceptível que é de todo o mérito estarmos aqui a fazer justiça a estas duas personalidades com as medalhas de Ouro Municipal.

Quanto às personalidades apontadas para a atribuição das medalhas de Mérito Municipal, temos uma empresa, penso que as empresas que criam riqueza em Oliveira do Hospital, que criam postos de trabalho que servem para o sustento de muitas famílias, como é o caso, proposto pela Junta de Freguesia de Lagares da Beira, da Empresa Amadeu Gonçalves Cura & Filhos, é obviamente, no meu entender, de toda a justiça e já não é a primeira vez que galardoamos uma empresa do Concelho que contribui para a riqueza do Concelho.

Quanto aos outros nomes, nomeadamente o Sr. Joaquim Carvalheira de Almeida, o Sr. António Manuel Cardoso da Fonseca, que serão atribuídas a título póstumo o que é uma pena, e o Sr. António Andrade Fontes, obviamente que são pessoas que têm muito mérito. O Sr. António Manuel Cardoso da Fonseca também esteve ligado a uma empresa durante muitos anos e também contribuiu para o desenvolvimento do Concelho.

O Sr. Joaquim Carvalheira de Almeida e o Sr. António Andrade Fontes são pessoas que a nível local, ou através das autarquias locais, ou através de outro tipo de ações, e foram diversas, na área económica, na área social, particularmente na área social que é de relevar, são dois nomes que também acho que são indiscutíveis pela ação que tiveram.

O Partido Socialista pensa que estas pessoas têm todo o mérito e por isso são bem propostos.

A posição de todos nós, no meu entender, independentemente das nossas diferenças partidárias, penso que devemos votar estas propostas por unanimidade.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente aos homenageados e nomeadamente a empresa Amadeu Gonçalves Cura & Filhos quero dizer que são pessoas que efetivamente

merecem. O Sr. Amadeu e os seus filhos são homens de trabalho e sempre fizeram todos os esforços para que a sua empresa se continue a manter.

O Sr. António Andrade Fontes é um homem controverso, é um homem que eu admiro, é um homem meu amigo e que tudo tem feito pela sua Freguesia. É uma pessoa que merece a medalha que lhe é atribuída.

Sr. António Manuel Cardoso da Fonseca, com o Sr. Presidente disse, e bem, é uma pena que já não esteja entre nós, independentemente de fazer muita falta à família, faz muita falta a Oliveira do Hospital e a todo o nosso Concelho porque era uma pessoa de coração aberto e um amigo para todos.

O Sr. Joaquim Carvalheira de Almeida é um homem que conheci de muito novo. Conheci-o sendo eu ainda um garoto. É uma pessoa que me habituei a estimar, ouvindo sempre as suas palavras porque ele tinha sempre uma palavra amiga, muitas vezes me desloquei a sua casa para tratar de assunto relacionados com a política e para ele deixo uma palavra de saudade.

O Sr. Mário Luís da Costa é a pessoa que menos conheço e menos me posso pronunciar.

Sobre o Carlos Jorge Neto Martins vou fazer-vos uma inconfidência: Eu fui a primeira pessoa a quem foi pedido para ele ir treinar ao Sporting. Um dia estava no Núcleo do Sporting, do qual sou sócio fundador e diretor, e o Pai do Carlos Jorge Neto Martins perguntou-me se havia hipótese do Carlos ir treinar ao Sporting. Liguei a um amigo e o Carlos foi treinar ao Sporting e lá ficou.

A Sr.^a Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro vai fazer-me aqui falar como Oliveirense: Sou uma pessoa do Concelho, tenho sessenta e seis anos de idade, ao Eng.^o Rafael e ao Nuno Caetano, só lhes invejo a idade, com eles, de política, não tenho nada a aprender. Faço política há cinquenta anos, iniciei a mesma com apenas dezasseis anos, razão porque conheço todas as terras do nosso Concelho e as suas gentes o que, efetivamente, convosco não acontece a mesma coisa.

Hoje, em Oliveira do Hospital, há cinco órgãos de Comunicação Social a funcionar *online* e alguns em papel: Centro TV; Beira Serra TV; Rádio Boa Nova; Correio da Beira Serra; Folha do Centro. No momento em que as notícias são colocadas são vistas e lidas em todo o mundo e é por isso que eu faço este apelo à responsabilidade de todos. Quem comenta as notícias tem que assumir as responsabilidades do que escreve e infelizmente isso não acontece. Lamento que o Nuno Vilafanha, que até é Deputado Municipal, é Ex-Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD, e o Nuno Pereira tenham comentado a notícia. Tenham comentado a Eng.^a Dulce Pássaro, que tem um *curriculum*

invejável, e que muito fez por Oliveira do Hospital. Não aceito que o nome da Eng.^a Dulce Pássaro seja achincalhado por pessoas com responsabilidade política e que efetivamente não a sabem ter.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado José Ferreira da Cruz Loureiro que fez a seguinte intervenção:

“Sobre a atribuição destas medalhas quero dizer que em vez de serem seis deveriam ser seis dezenas de medalhas atribuídas às pessoas que criam riqueza no nosso Concelho.

Concordo com todas as propostas nomeadamente a proposta referente ao Sr. António Andrade Fontes porque é da minha localidade e é uma pessoa que muito me orgulha. Foi um homem que fez parte da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas e também participou nas diversas Associações. Alvôco deve muito a este homem.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre a atribuição das medalhas já foram aqui ditas várias coisas sobre as pessoas e, não queria estar aqui a alongar-me muito, todos nós conhecemos bem estas pessoas.

Temos, aqui, neste momento sete propostas de medalhas e a quantidade não me choca nada porque é sinal que temos muito boa gente no nosso Concelho.

A atribuição de medalhas é um reconhecimento ao percurso da vida das pessoas e serve também de exemplo para as gerações mais novas, para aqueles que ainda estão no ativo, para que um dia cheguem também a receber uma medalha. Penso que isso é positivo e, por isso, em vez de sete se forem setenta acho que é muito bom.

Queria fazer aqui uma retificação: O Eng.º Carlos Maia falou aqui que a medalha à Empresa Amadeu Gonçalves Cura & Filhos foi proposta pela Junta de Freguesia de Lagares da Beira. Quero dizer que não foi, porque a Junta de Freguesia não propôs nenhuma medalha, mas quem propôs esta medalha fui eu.

Penso que já foi dito tudo sobre estas pessoas. Todas elas são merecedoras da atribuição destas medalhas é pena que algumas sejam, a título póstumo.

Sobre a firma Amadeu Gonçalves Cura & Filhos que é uma empresa da terra onde eu resido, da Vila de Lagares da Beira, acho que é uma medalha

perfeitamente justa. Eu aqui estou muito à vontade para falar até porque somos de cores políticas diferentes e fomos adversários politicamente. Amadeu Gonçalves Cura & Filhos é uma empresa que tem dado trabalho a muita gente, pela qualidade dos serviços que faz, pelo seu crescimento com solidez até à presente data acho que é uma empresa que merecia que lhe fosse atribuída a medalha de Mérito Municipal. Eu vejo a atribuição desta medalha com algum prazer.

Vou votar favoravelmente todas estas propostas para atribuição de medalhas.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, e depois de efetuada a votação nominal por escrutínio secreto relativamente ao Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da Câmara Municipal para atribuição das Medalhas de Ouro e Medalhas de Mérito Municipal, foi deliberado por esta Assembleia Municipal, por maioria e com uma abstenção, atribuir a Medalha de Ouro Municipal à Exma. Sr.^a Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro;

De igual modo foi deliberado por esta Assembleia Municipal, por maioria e com uma abstenção, atribuir a Medalha de Ouro Municipal ao Exmo. Sr. Carlos Jorge Neto Martins;

Foi igualmente deliberado por esta Assembleia Municipal, por maioria e com um voto branco, atribuir a Medalha de Mérito Municipal a título póstumo ao Exmo. Sr. Prof. Joaquim Carvalheira de Almeida;

Foi igualmente deliberado por esta Assembleia Municipal, por unanimidade, atribuir a Medalha de Mérito Municipal a título póstumo ao Exmo. Sr. António Manuel Cardoso da Fonseca;

Também foi deliberado por esta Assembleia Municipal, por maioria e com um voto contra, atribuir a Medalha de Mérito Municipal à empresa Amadeu Gonçalves Cura & Filhos, Lda;

De igual modo foi deliberado por esta Assembleia Municipal, por unanimidade, atribuir a Medalha de Mérito Municipal ao Exmo. Sr. António Andrade Fontes;

Foi igualmente deliberado por esta Assembleia Municipal, por unanimidade, atribuir a Medalha de Mérito Municipal ao Exmo. Sr. Mário Luís da Costa.

De seguida entrou-se no Ponto IX - Votação, nos termos alínea l) do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 01 de setembro, de um cidadão eleitor para fazer parte da composição da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador, José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“No início do presente mandato, e nos termos da lei, a Assembleia Municipal indicou para participar na modalidade alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital cidadãos eleitores. Uma das cidadãs que foi indicada e votada foi a Dra. Patrícia Figueiredo que sempre deu a sua colaboração como especialista na área da educação e, dada a sua formação em Ciências da Educação, sempre foi muito interessada nestas matérias.

A Dra. Patrícia teve uma atitude muito séria e responsável e explicou que por motivos de ordem profissional não podia dar a colaboração efectiva e presencial apesar de se disponibilizar continuar a colaborar mas do ponto de vista funcional há que substituí-la.

Perante a indisponibilidade da Dra. Patrícia Figueiredo e em nome da CPCJ mas também em nome do Pelouro da Ação Social quero agradecer a disponibilidade, colaboração, atenção e sentido responsável com que sempre esteve até chegar ao ponto de dizer não posso dar mais. Com a permissão do Sr. Presidente e em nome da Câmara Municipal também agradecer essa sua disponibilidade porque o fez sempre graciosamente e com cem por cento de empenho. Agora há que escolher um cidadão eleitor do Concelho de Oliveira do Hospital, que também pode ser membro desta Assembleia Municipal.”

Depois, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Fátima Patrícia Amaral Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Quero formalmente agradecer as palavras que me foram dirigidas pelo Sr. Vereador José Francisco.

Efetivamente gosto muito do trabalho da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital. É com muita pena que não consigo acompanhar mais este trabalho.

Quero manifestar a minha admiração profissional e pessoal por todo o trabalho realizado e reiterando que estarei sempre disponível para apoiar e

colaborar com a equipa naquilo que conseguir dentro das minhas limitações profissionais.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de fazerem as propostas quero agradecer, em nome do Executivo Municipal, o trabalho e a disponibilidade da Dra. Patrícia Figueiredo.

Agradecer também a sua lealdade porque quando verificou que não tinha possibilidade foi capaz de abdicar.

Dizer também que é uma jovem de muito valor que está ligada à área da educação do Concelho. Tem muito talento para nos ajudar em alguns projectos em que está envolvida e por isso quero fazer-lhe este reconhecimento e agradecimento.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Em nome do Partido Socialista, que foi quem propôs a Dra. Patrícia Figueiredo para fazer parte da composição da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital, quero deixar também o nosso agradecimento pela colaboração prestada e, como sabe, contamos sempre consigo e com o seu contributo que é sempre muito valioso e muito importante.

Relativamente a esta questão e em nome do Partido Socialista queria propor o Dr. Rui Paulo Martins Monteiro para a substituição da Dra. Fátima Patrícia Amaral Figueiredo para fazer parte da composição da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital. Esta é a nossa proposta.”

Não havendo mais intervenções, e depois de efetuada a votação nominal por escrutínio secreto relativamente ao Ponto IX - Votação, nos termos alínea l) do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 01 de setembro, de um cidadão eleitor para fazer parte da composição da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital, foi deliberado por maioria, com dois votos contra e duas abstenções, designar o Exmo. Sr. Dr. Rui Paulo Martins Monteiro para fazer parte da composição da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital.

De seguida foram discutidos em conjunto os seguintes Pontos da Ordem do Dia:

Ponto X - Apreciação e votação da proposta de fixação da taxa do IMI para o ano de 2017, nos termos do nº 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Ponto XI - Apreciação e votação, nos termos do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, da proposta de redução de taxa de IMI em função do número de dependentes.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Queria deixar aqui uma nota que tem a ver com a BLC3 e com o convite que me foi endereçado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro para integrar a delegação que se vai deslocar a Bruxelas, e passo a ler o convite que me foi dirigido: *“A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) vai participar, como nos últimos anos, na semana Europeia das Regiões e Cidades (EWRC, ex-Open Days), em Bruxelas, assegurando assim a presença institucional da Região Centro neste evento, que é o maior evento anual no calendário das cidades e regiões europeias, organizado pelo Comité das Regiões e pela Comissão Europeia - Direção Geral de Política Regional, em cooperação com o Parlamento Europeu, a Presidência da União Europeia e quase 200 regiões e cidades de mais de três dezenas de países.*

Este ano, a EWRC decorrerá de 10 a 13 de outubro.

Este ano a CCDRC submeteu três projetos aos Prémios Regiostars 2016. O objetivo destes prémios, promovidos pela Comissão Europeia, é identificar boas práticas de desenvolvimento regional e dar destaque a projetos ou sistemas de apoio originais e inovadores que possam ser inspiradores para outras regiões e gestores de projetos. Destina-se a projetos ou sistemas de apoio que tenham sido cofinanciados pelo FEDER, FSE, Fundo de Coesão ou instrumentos de pré-adesão.

Todos os anos são identificadas as categorias elegíveis, sendo que este ano o projeto da Região Centro, “Centro BIO: Bioindústrias, Biorrefinarias e Bioprodutos”, da BLC3 – Campus de Tecnologia e Inovação, de Oliveira do Hospital foi selecionado para o grupo de finalistas, na Categoria 2 – Crescimento sustentável: Economia Circular - sendo o único projeto português finalista dos Prémios Regiostars.

Como em anos anteriores, o Centro de Portugal será representado por uma delegação que envolve os responsáveis de instituições regionais relevantes para o tema em causa, para além de representantes da CCDRC. É com muito gosto que lhe endereço o convite para integrar esta delegação.”

Terei muita honra em representar o Concelho de Oliveira do Hospital e integrar esta comissão da CCDRC a Bruxelas.

Sobre o IMI gostava de vos dar algumas notas: A nossa proposta para a taxa do IMI para o ano de dois mil e dezassete é de 0,35%, igual ao ano anterior. Esta taxa pode variar no intervalo de 0,30% a 0,40%.

Contactei as finanças para me darem os números, para podemos comparar o ano de dois mil e catorze com o ano de dois mil e quinze, mas as finanças não me cederam esses números porque ainda não têm os valores completamente apurados, contudo, comparei a nossa receita cobrada de IMI até ao dia de hoje, 16 de setembro, e, em dois mil e catorze, a receita foi de um milhão quatrocentos e setenta e oito mil euros, e em dois mil e quinze foi de um milhão trezentos e doze mil euros. O que quer dizer que há uma quebra de receita de cerca de cento e sessenta e seis mil euros.

Porque é que haverá esta quebra? Esta quebra deve-se à redução da Taxa do IMI em função do número de filhos que aprovámos nesta Assembleia. Agora já não vamos ser nós a decidir as percentagens de redução do IMI porque no Orçamento de Estado elas já estão definidas: Com um filho a dedução é de vinte euros; Dois filhos, a dedução é de quarenta euros e com três ou mais filhos a dedução é de setenta euros. Isto é o que está na Lei e neste momento ou nós aprovamos estes valores para a redução da taxa de IMI ou não aprovamos e não há redução em função do número de dependentes.

Na Lei do Orçamento do Estado, no artigo 112-A, nº 6, é referido o seguinte: “*A Autoridade Tributária e Aduaneira disponibiliza aos municípios, até 15 de setembro, o número de agregados com um, dois e três ou mais dependentes que tenham, na sua área territorial, domicílio fiscal em prédio ou parte de prédio destinado a habitação própria e permanente.*”

Contactei a Repartição de Finanças para me darem estes números para percebermos qual era o impacto financeiro da redução do IMI e não me deram esses números.

Defendo que devemos aprovar estas duas propostas em nome da coerência e que a Taxa de IMI continue em 0,35% e que também haja a redução em função do número de dependentes.

Também é importante referir que os prédios da zona histórica que forem requalificados no âmbito do PEDU vão ficar isentos da Taxa de IMI durante cinco anos e por isso haverá quebra de receitas.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Afim o Sr. Presidente da Câmara já teve o cuidado de me sensibilizar porque é que temos que pagar o IMI. É porque precisamos de ir a Bruxelas e também por causa do que a BLC3 gasta. As receitas são de duzentos e trinta e quatro e para trabalhos especializados são de duzentos e setenta e um. Enfim, não vale a pena bater mais no ceguinho. Chegou a ser falado comigo que era para ser em fevereiro de dois mil e doze que seria aqui apresentado o projeto Bio e já estamos em dois mil e dezasseis e a mata continua a arder.

Eu não sou demagogo. Sei que sou dos principais pagadores de IMI deste Concelho. Não sei se sabem mas eu pago dezassete mil e quinhentos e como estou falido e nunca tenho dinheiro para pagar a horas tenho mais trinta por cento de multa porque é o que acontece aos falidos e aos pobres e depois ainda tenho que pagar os juros de mora. Sei que de impostos, mesmo não investindo nada em Oliveira do Hospital, pago cerca de cem mil euros ano. Para dizer a estes quatro Senhores, aqui, que se não sabem quem é o patrão, pelo menos o que eu pago dá para lhes pagar o ordenado. Fiquem a saber isso! Isto fala-se, fala-se mas quem “arrotam” são sempre os mesmos! O problema é esse! É por isso que os que recebem, naturalmente, estão satisfeitos e os que pagam preocupam-se porque vão ficando falidos porque isto tem que dar para tudo!

Não sou contra esta taxa de IMI, antes pelo contrário, e sempre disse isso. Sou contra a maneira de como ela se gasta. Também são bastante conhecidas as minhas posições e não vou bater mais nisso. Vou dizer, só e apenas, conforme a Câmara diz, e o que é verdade tem que ser dito, somos efetivamente, não por mérito desta Câmara quando muito o mérito foi o de não aumentar a dívida, porque como eu disse, e provo, temos hoje o mesmo nível de dívida real e efetiva desde o dia em que este Executivo tomou posse. Se alguém tiver números para me desmentir eu gostava que mos apresentasse.

Se eu fosse o Presidente da Câmara de certeza que faria outras opções, e eu critico e não deixo de apresentar propostas. Já disse aqui, e volto a dizer, que, para mim, metade do que é gasto na rubrica do Desporto e Tempos Livres eu não gastava. Essa metade ia precisamente para as situações Sociais. Fala-se

aqui muito mas o Ensino Superior continua nos cinquenta mil euros apesar dos placares que se aqui põem. A natalidade, efetivamente, melhorou um bocadinho. Acho que há aqui uma série de dinheiro, e eu já disse para onde é que ele vai, e o que está a ir para a BLC3 não devia ir porque é ilegal, e a seu tempo essas coisas virão cá acima. Muito do que está a ser gasto no Desporto de Competição acho que não devia ser e acho que devia ser feita a compensação na área social.

Na questão deste desconto que está a ser dado às famílias, isto representa cinco por cento para quem tenha um filho, representa onze por cento para quem tenha dois filhos e representa cerca de catorze por cento para quem tenha três filhos. Portanto, isto está muito abaixo daquilo que fazem os Concelhos aqui à nossa volta, que andam entre os dez, quinze e vinte por cento.

As pessoas podem dizer aquilo que quiserem, podem contar aqui as histórias que quiserem, podem embalar a Assembleia como quiserem. A mim não me enganam porque eu apresento os números. Que me provem que os meus números estão errados.

A minha posição é que me vou abster, como é costume, nas duas situações mas gostava de ver este Município, pelo menos, fazer igual aos Municípios aqui à volta.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Queria colocar uma questão relacionada com o Ponto XI: Aqui, o número de dependentes podem não ser filhos?

Provavelmente não é isso que se queria dizer. Se não é isso que se quer dizer é preciso fazer a correção da redação para que não fique assim em ata.

Os dependentes podem ser um avô ou pode ser alguém que vai à Junta de Freguesia para atestar que é dependente e não é uma situação real. Os dependentes podem não ser só os filhos.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Tenho duas visões sobre esta proposta: Do ponto de vista nacional não concordo. Acho que é uma forma encapotada do Partido Socialista aumentar, mais uma vez, os impostos. Basta pensarmos numa moradia em Lisboa onde o preço médio da habitação, um apartamento T3 custará cerca de duzentos mil

euros, mesmo que aplique a Taxa de 0,35%, paga setecentos euros de IMI. Se tivéssemos aqui dois dependentes, 10% desses dois dependentes, daria qualquer coisa como uma redução de setenta euros. Este novo modelo que o Partido Socialista veio propor já não tem esses setenta euros e só passa a ter quarenta euros de desconto. Ou seja, é uma forma encapotada, a nível nacional, de aumentar os impostos.

Só que, curiosamente, eu vou votar a favor porque é uma medida que acaba por beneficiar os contribuintes da nossa região.

Porque o preço médio da habitação, aqui, não é de duzentos mil euros. O preço médio da habitação, aqui, se calhar um T3, andar na ordem dos cem mil euros. Se pensarmos em cem mil euros com uma taxa de 0,35% são trezentos e cinquenta euros de IMI e com uma redução de 10% daria uma redução de trinta e cinco euros e aqui já se conseguem quarenta euros.

A Câmara verá a sua receita, se calhar, um bocadinho mais reduzida mas o contribuinte acabará por beneficiar. Como eu tenho o entendimento que nós temos que beneficiar, e temos que ajudar fiscalmente as famílias jovens com filhos, porque isso é uma forma, também, de as ajudarmos a fixar no nosso território, que tanto precisa de gente, votarei a favor, apesar de nacionalmente não concordar porque acho que é uma forma encapotada de, mais uma vez, o Partido Socialista aumentar impostos.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“A minha vinda aqui é para justificar o nosso sentido de voto relativamente a estes dois Pontos.

Nós vamo-nos abster, por três razões essenciais: A primeira, e como já aqui referi, os documentos chegaram tardiamente, também já ouvi a justificação.

A segunda razão, e em forma de questão. Gostaria de colocar uma pergunta ao Sr. Presidente: O Município não teria uma folga orçamental para reduzir o IMI para a taxa de 0,3%?

Relativamente à terceira razão, achamos que esta proposta, nomeadamente o Ponto XI, deveria ir um pouco mais longe, no sentido de tornar a redução fiscal um pouco mais justa: Que tivesse em consideração não apenas o número de dependentes mas que pudesse incluir também os rendimentos da família e o valor patrimonial do imóvel.

Com esta proposta a redução é igual para uma pessoa da classe média ou baixa como para uma pessoa rica ou milionária.

Por uma questão de justiça fiscal acho que deveria haver uma maior redução para quem necessita, a classe média ou baixa, do que para uma pessoa que terá mais condições para pagar.

São estas as três razões que avocamos para a nossa abstenção.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Acho que esta proposta da Câmara Municipal sobre o IMI é uma proposta que vem no sentido da proposta do ano anterior.

Há aqui já alguma omissão, se calhar devido ao adiantar da hora, sobre a origem da Lei do IMI e sobre estes abatimentos que estão aqui para ser votados. Penso que isto tem a ver com o Governo anterior.

Naturalmente também percebemos que já começa a haver aqui uma linguagem diferente, nomeadamente a questão do aumento dos impostos, e algumas indiretas. É um ensaio para o futuro.

Também é preciso esclarecer que estes impostos são fixados pelo Governo e não pela Câmara Municipal.

Por todas estas razões e porque não há aumento da carga fiscal no nosso Concelho o Partido Socialista, naturalmente vai votar a favor.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje não trouxemos aqui a nossa proposta sobre o IRS porque, como sabem, o IRS pode ser aprovado até trinta e um de dezembro e a fixação da Taxa do IMI tem como prazo o dia trinta de setembro.

Esta taxa de IMI de 0,35%, se forem verificar, é igual à taxa fixada pelos anteriores Executivos Municipais do PSD.

Hoje as nossas receitas de IMI comparadas com as receitas do ano anterior, no mesmo dia, têm uma quebra de cento e sessenta e seis mil euros. Isto não quer dizer que este número não possa alterar.

É importante referir que é lógico que a receita caia porque houve redução de IMI para as famílias mais numerosas.

É preciso dizer que o Governo PSD/CDS interferiu com a autonomia local dos Municípios e obrigou todos os Municípios com desequilíbrio financeiro a aplicarem as taxas máximas e na minha opinião de forma errada. Os Municípios com dificuldades financeiras não têm a liberdade que nós temos para discutir o valor da taxa do IMI.

Também é preciso perceber que em termos absolutos nós estamos a baixar em 30% o custo do IMI, como está referido na nota introdutória da documentação.

O meu Executivo sabe gerir muito bem o dinheiro dos contribuintes, e temos consciência disso, mas também fomos eleitos para fazer opções políticas e para fazer opções que se coadunam com o que pensamos em termos de Sociedade e também foi por isso que ganhámos as eleições. Outros, com certeza, gerem outros dinheiros mas não são públicos e, se calhar, são de outra origem.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto X - Apreciação e votação da proposta de fixação da taxa do IMI para o ano de 2017, nos termos do nº 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, que foi aprovado por maioria com quatro abstenções.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Sobre este Ponto, eu disse que não era contra o imposto mas que era contra a forma como se gere.

O Sr. Presidente da Câmara pensa que eu ando cá a “encher balões”. Quando se discutiu o IRS eu disse o mesmo que disse aqui hoje, mas se aquilo que eu aqui digo é mentira mostrem-me. Os meus números é que estão errados mas eu digo-lhe onde é que está, e qual é a página, mas os senhores não mostram os números. É uma chatice!

Sr. Carlos Inácio, se isto é da competência do Governo, então o que é que estamos aqui a fazer? Coerência! Coerência!

Eu sei que temos limites mas não há nada que nos diga que não podemos votar cinco ou votar zero. É isso que aqui estamos a fazer porque se não dá a sensação que estamos aqui todos a “encher balões”. Vamos lá ver se há um bocadinho de respeito pela função e pelo Salão Nobre!”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao Ponto XI quero dizer que este assunto é estático. Nós não podemos alterar o que está determinado na lei.

Nós só estamos a ser chamados para saber se queremos aplicar esta lei. Se não aprovarmos esta proposta não haverá desconto para as famílias e por uma questão de coerência acho que a devemos aprovar.

Esta lei tem um princípio que é universal e todos pagam o mesmo.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto XI - Apreciação e votação, nos termos do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, da proposta de redução de taxa de IMI em função do número de dependentes, que foi aprovado por maioria com três abstenções.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de aprovarmos a ata em minuta quero dizer que estamos constantemente a ser avaliados, inclusive a Mesa da Assembleia. Dizer ainda que eu sempre defendi que os tempos das intervenções nesta Assembleia fossem iguais para todos.”

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nenhuma intervenção e sendo vinte horas o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim _____
Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
